

ECONOMISTAS

Brasil 2015/2018

Economistas Antônio Corrêa de Lacerda, Dércio Garcia Munhoz e Roberto Macedo debatem como retomar o crescimento econômico no quadro de crise mundial preservando as conquistas sociais

Foto: Marcos Brandão



Júlio Miragaya
Razões da concentração
do setor financeiro

Eduardo Costa
Diretrizes para o Desenvolvimento
Regional da Amazônia

José Luiz Pagnussat
Eleições e economia

EXPEDIENTE

PRESIDENTE

Paulo Dantas da Costa

VICE-PRESIDENTE

Wellington Leonardo da Silva

CONSELHEIROS EFETIVOS

Antonio Eduardo Polet
Celina Martins Ramalho
Eduardo José Monteiro da Costa
Erivaldo Lopes do Vale
Fábio José Ferreira da Silva
Fabiola Andréa Leite de Paula
Francisco Assunção e Silva
João Manoel Gonçalves Barbosa
José Luiz Amaral Machado
Júlio Alfredo Rosa Paschoal
Júlio Miragaya
Luiz Alberto de Souza Aranha Machado
Odisnei Antonio Bega
Nelson Pamplona da Rosa
Paulo Dantas da Costa
Róridan Penido Duarte
Sebastião Demuner
Wellington Leonardo da Silva

CONSELHEIROS SUPLENTE

Airton Soares Costa
Antonio Eduardo Nogueira
Carlos Henrique Tibiriçá Miranda
Dilma Ribeiro de Sousa Pinheiro
Edson Nogueira Fernandes Jr.
José Antônio Lutterbach Soares
José Emílio Zambom da Silva
Lourival Batista de Oliveira Júnior
Marcelo Martinovich dos Santos
Mônica Beraldo Fabricio da Silva
Nei Jorge Correia Cardim
Paulo Brasil Corrêa de Mello
Paulo Roberto Lucho
Paulo Salvatore Ponzini
Valery Maineri König
Vicente Ferrer Augusto Gonçalves

COMITÊ EDITORIAL

Paulo Dantas da Costa
Wellington Leonardo da Silva
Júlio Miragaya

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO

Júlio Miragaya (Coordenador)
Carlos Roberto de Castro
Celina Martins Ramalho
Erivaldo Lopes do Vale

JORNALISTA

Manoel Castanho (MTb 7014-DF)

ASSESSOR DE IMPRENSA

Solon Dias (MTb 1100-DF)

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

Área Comunicação

TIRAGEM

10.000 exemplares



SUMÁRIO



DEBATE ECONÔMICO BRASIL 2015/2018

Retomar o Crescimento Econômico no Quadro de Crise Mundial Preservando as Conquistas Sociais.....5

ARTIGO: JÚLIO MIRAGAYA

Razões da concentração do setor financeiro no Brasil e perspectivas para o Distrito Federal.....28

ARTIGO: EDUARDO JOSÉ MONTEIRO DA COSTA

Desafios e diretrizes para o desenvolvimento regional da Amazônia.....37

ARTIGO: JOSÉ LUIZ PAGNUSSAT

Eleições e Economia42

ACONTECE NOS CORECONS

Corecon-MS realiza X Eneoste.....47

Presidente do Corecon-PR apresenta CBE 2015.....48

NOVOS LIVROS

O Capital do Século XXI – por Ernesto Lozardo.....49

O Vencedor Leva Tudo – por Luiz Alberto Machado.....50



EDITORIAL

Entre 1992 e 2014, segundo a FAO, órgão da ONU para a Agricultura e Alimentação, 203 milhões de pessoas deixaram a condição de subnutridos em todo o mundo. Mesmo assim, ainda são 790 milhões de pessoas passando fome em nosso planeta, demonstração das limitações do sistema capitalista, que produz alimentos em profusão, mas que não chegam aos pratos de quase 800 milhões de pessoas, por não possuírem renda suficiente para adquiri-lo.

O Brasil foi o segundo país que mais avançou na redução da fome, somente superado pela China. Eram 22,5 milhões de brasileiros subnutridos em 1992, contingente que caiu muito pouco até 2002, para 19 milhões. A partir de 2003, contudo, com o programa Fome Zero, o número de pessoas subnutridas caiu para 3,4 milhões, ou seja, 15,6 milhões de brasileiros deixaram de passar fome. Estamos muito próximos de nos associarmos ao grupo de poucos países do mundo livres da fome.

Mas se avançamos no combate à fome e à miséria, o avanço foi menos expressivo no combate à extrema desigualdade na distribuição da renda. Desde 2007, segundo a ONG Oxfam, vem aumentando a desigualdade entre ricos e pobres no mundo, e os dados são estarrecedores: as 85 famílias mais ricas, com fortunas somadas de 5,4 trilhões de dólares, possuem riqueza maior que a de metade da humanidade, 3,7 bilhões de pessoas. O relatório da Oxfam apresenta o Brasil como um dos poucos países onde a desigualdade caiu nos últimos anos, efeito do Bolsa Família; da valorização do Salário Mínimo e da expansão do trabalho formal. Não obstante os avanços, continuamos a ser um dos países mais desiguais.

Nos últimos 12 anos, nosso modelo de redução da desigualdade baseou-se no aumento da renda da população mais pobre via ampliação dos gastos do orçamento federal com as políticas sociais. Segundo o sociólogo brasileiro, Michel Löwy: “foi feito tudo que era possível pelos pobres sem mexer nos privilégios dos ricos”. Mas a possibilidade de aumentar tais gastos, sem aumentar a carga tributária, chegou ao limite.

O modelo tributário no Brasil é regressivo: os pobres pagam proporcionalmente mais imposto que os ricos. O Imposto de Renda PF representa apenas 8% de nossa carga tributária, enquanto no Canadá são 37%, nos EUA 42% e na Dinamarca 53%. Temos apenas 4 faixas de tributação, enquanto EUA, França e Bélgica têm 7. Nossa maior alíquota é de 27,5%, ao passo que nos EUA é de 44%, no Canadá, de 48% e na França, de 53%.

Tributamos rendas mensais a partir de R\$ 1.787,00, que deveriam estar isentas, e a última alíquota, de 27,5%, incide sobre R\$ 4.463,00, quando deveria ser bem maior e incidir sobre rendas mais elevadas. Também a taxa sobre ganhos de capital deveria ser fortemente elevada. Esta é a Reforma Tributária que o país realmente precisa.

O Brasil enfrenta diversos problemas, com maiores destaques para inflação, emprego, infraestrutura, energia, transporte e o trio saúde, educação e segurança públicas. Mas talvez o mais grave deles, a extrema desigualdade social, é comumente esquecido e “varrido para debaixo do tapete”. Não há como avançar na redução da desigualdade sem mexer nos privilégios dos ricos.



PAULO DANTAS DA COSTA
PRESIDENTE

Economista. Planejando o desenvolvimento do Brasil.

cofecon.org.br



Conhecer o passado, considerar o presente e desenhar o futuro com justiça social.

Hoje o Brasil é conhecido globalmente por ser a sexta maior economia do mundo. E muito desse sucesso se deve ao trabalho dos economistas. Por isso, prestamos nossa homenagem a esse profissional que tanto contribui para melhorar a vida de todos os brasileiros.

Economista

Importante para você.
Indispensável para o Brasil.

Conselhos Regionais de Economia



COFECON

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

BRASIL 2015/2018

Retomar o Crescimento Econômico no Quadro de Crise Mundial Preservando as Conquistas Sociais

O Brasil enfrentará nos próximos quatro anos um grande desafio: retomar o crescimento econômico num contexto de continuidade da crise econômica mundial, preservando as conquistas sociais obtidas nos últimos anos. No período 2004/10 o país teve cerca de 5% de crescimento anual. No Governo Dilma a economia voltou a apresentar os mesmos problemas que enfrentava no período do Governo FHC, como baixo crescimento e déficits acentuados em suas transações

correntes. De outro lado, no enfrentamento da crise, o governo não recorreu à tradicional receita de impor sacrifícios ao povo, como a promoção do desemprego e a contração dos salários e da renda. Apresenta, no quadro geral, vários aspectos positivos, como o aumento do nível de emprego e da formalização; o aumento da renda das famílias, com o importante auxílio do aumento do Salário Mínimo em termos reais; a redução da pobreza; e a diminuição acanhada da concentração da renda – o que mantém o Bra-

sil como um país de forte disparidade social. Para o próximo período de governo, alguns temas deverão receber atenção especial. Destacamos quinze deles e convidamos economistas de diferentes linhas de pensamento para apresentar seus posicionamentos. **Antônio Corrêa de Lacerda¹, Dércio Garcia Munhoz² e Roberto Macedo³** apresentam, com exclusividade para **ECONOMISTAS**, reflexões sobre a conjuntura e suas diferentes visões sobre os rumos que a economia brasileira deverá seguir a partir de 2015.



¹ ANTÔNIO CORRÊA DE LACERDA

É doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). É consultor econômico, professor do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), membro do Conselho Superior de Economia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e do Conselho Temático de Política Econômica da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Foi membro do conselho diretor do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial e um dos fundadores da Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e Globalização. É autor de “Desnacionalização”(Contexto,2000), ganhador do Prêmio Jabuti na área de economia. É articulista de “O Estado de S. Paulo”.



² DÉRCIO GARCIA MUNHOZ

Formado pela Universidade de Brasília (UnB) e docente aposentado pela mesma instituição, é mestre na área pela Universidade de São Paulo e professor colaborador de diversos cursos de pós-graduação em Economia em importantes universidades do país. Foi funcionário do Banco do Brasil, onde chegou a ser secretário do presidente, e é professor titular do Departamento de Economia da UnB. É autor de seis livros, sendo o mais recente deles “Entre Crises: 40 Anos da Economia do Brasil”. Presidiu o Conselho Superior da Previdência Social e o Conselho Federal de Economia.



³ ROBERTO MACEDO

É doutor em economia pela universidade de Harvard (EUA). Trabalhou no Banco do Brasil e no Banco Central. No meio acadêmico, chegou a diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP). Foi Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda e integrou a equipe que elaborou o programa de gestão do governador José Serra, em São Paulo. Foi presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos e do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás de Petróleo. É sócio-diretor da MGSP Consultores Econômicos e da Websetorial Consultoria Econômica, atuando nas áreas econômica e educacional. É também Vice-Presidente da Associação Comercial de São Paulo e articulista de “O Estado de S. Paulo”.

1. PAPEL DO ESTADO

O debate em curso é qual deve ser o papel do Estado para o crescimento econômico. Há os que defendem a continuidade da

atual atuação, com substantiva presença regulatória, os que defendem a redução do papel do Estado, algo próximo ao Estado Mínimo, deixando a regulação

a cargo do mercado e os que defendem a intensificação da presença do Estado, atuando mediante empresas estatais em setores estratégicos da economia.

REVISTA ECONOMISTAS

O Governo deve manter, reduzir ou ampliar a atuação do Estado na regulação da economia?

ANTÔNIO LACERDA

O debate sobre esta questão é eivado de equívocos no Brasil. Primeiro, alguém conhece algum exemplo de nação hoje desenvolvida, como EUA, Alemanha ou Japão, para citar os mais evidentes, ou países que têm logrado êxito na questão do desenvolvimento, como Coréia do Sul e os asiáticos de forma geral, sem que o Estado tivesse um papel relevante? Portanto, seria insustentável imaginar um país das dimensões brasileiras, de peso econômico, extensão territorial e população, fazê-lo sem um Estado forte. Daí a importância da atuação do Estado como fator indutor dos investimentos.

DÉRCIO MUNHOZ

Não vejo a questão como ensejando como resposta um simples sim ou não. Isso porque em algumas áreas, em anos mais recentes, o governo foi demais, como em relação aos volumosos e onerosos repasses ao BNDES, num momento em que o país já superava os reflexos da crise financeira mundial. Já um caso em que a redução da participação do

Estado, com um processo açodado de privatização, é o do setor elétrico – vítima do esquema de estrangulamento financeiro das empresas, iniciado ainda nos anos 80 – como se fez com todo o setor produtivo estatal brasileiro, para em seguida justificar a sua liquidação; a consequência tem sido aumentos desmedidos nas tarifas da energia, comprometendo o desenvolvimento industrial e a economia brasileira como um todo.

**A presença
empresarial do
Estado em setores
estratégicos da
economia sempre
foi, e continua sendo,
de importância
fundamental**

Dércio Munhoz

Energia, como insumo essencial de caráter estratégico, não pode ter o seu preço flutuando como uma commodity qualquer, sendo essencial que sua produção se dê com empresas que possam trabalhar com uma taxa de retorno abaixo dos níveis do mercado, nunca ditada pelos custos de oportunidade das aplicações financeiras. Nessa área é possível que o cami-

nho de solução esteja no retorno de investimentos diretos de empresas do Governo na geração e distribuição de energia – o que explicaria a presença estatal no setor em um número infinito de países. E recursos para isso não faltam no Brasil – diferentemente da enganosa alegação que turbinou a privatização brasileira – pois os grandes investimentos privados que têm sido realizados nessa e em outros setores da infraestrutura econômica, tem tido como suporte financiamentos públicos altamente subsidiados.

- A presença empresarial do Estado em setores estratégicos da economia sempre foi, e continua sendo, de importância fundamental nas políticas de desenvolvimento.

ROBERTO MACEDO

O alcance da regulação não deve ser definido a priori. Depende da necessidade dela. Por exemplo, nas condições atuais o mercado de bananas não demonstra a necessidade dessa regulação. Pode até precisar dela se houver evidências de cartelização, entre outros problemas. Na outra ponta, o mercado financeiro e suas operações exigem ampla e forte regulação, pelos prejuízos que suas instituições podem trazer a seus usuários, ao lado do risco sistêmico.

2. ATUAÇÃO DOS BANCOS PÚBLICOS

No âmbito do debate mais amplo sobre o papel do Estado, há um debate específico sobre a atuação dos bancos públicos.

No auge da crise econômica, em 2008/09, os bancos privados reduziram a concessão de crédito e os bancos públicos ocuparam o vácuo deixado e

atualmente é contestada presença tão marcante. Adicionalmente, questiona-se o volume de crédito subsidiado fornecido pelo BNDES.

ECONOMISTAS

O Governo deve manter, reduzir ou ampliar a participação dos bancos públicos na concessão de créditos? A concessão de crédito fortemente subsidiado pelo BNDES é nociva à saúde fiscal do governo federal?

LACERDA

De que “subsídio” estamos falando? Da diferença entre Selic (hoje em 11,25%, uma taxa de curto prazo) e a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), de 5% para empréstimos de 20 a 30 anos? Outra coisa, embora equivocadamente a comparação sugerida possa nos levar à falsa conclusão de um custo fiscal implícito, essa não é uma questão contábil, apenas, mas que tem que ser analisada considerando a dinâmica macroeconômica. Qual o benefício gerado, incluindo o efeito multiplicador dos investimentos realizados a partir do financiamento dos bancos públicos? O benefício é muito superior ao custo!

O que temos não é subsídio, em termos de competitividade, porque no mercado internacional prevalecem países como China e Coreia do Sul que financiam suas empresas a juros negativos.

Além disso, muito importante, o

setor financeiro privado se interessa em financiar projetos de risco, de longo prazo? A prática tem demonstrado que não. Preferem o conforto de emprestar para o Governo a taxas de juros elevadíssimas a emprestar para o setor privado, empresários e consumidores a taxas idem. Portanto, se você tirar os bancos públicos da sua função, o que vai se colocar no lugar?

É nesse sentido que o apoio às empresas brasileiras, inclusive fora do País, se revela estratégico para nossa inserção internacional. Por outro lado, se se requer maior transparência no uso dos recursos, essa ao meu ver é uma reivindicação factível em um ambiente democrático. O nível de transparência praticado deve ser equivalente ao exigido pela sociedade.

MUNHOZ

Não se pode questionar o papel de grandes bancos públicos comerciais, como o BB e a CEF, à luz da experiência passada, com presença marcante em todo o pós-guerra como instrumentos imprescindíveis para viabilizar o financiamento de setores que normalmente não atraem instituições financeiras privadas, como no caso do crédito ao setor rural e o financiamento habitacional a famílias de baixa renda. São instituições

públicas que sempre atuaram como suporte a políticas econômicas anticíclicas – auxiliando na busca pela superação da desaceleração econômica; como também, com ênfase no Banco do Brasil, o braço financeiro do setor produtivo estatal sempre esteve presente nos momentos de expansão econômica, no crédito aos setores agrícola, comercial ou industrial, e ainda nos financiamentos ligados ao comércio internacional.

E exemplos recentes da importância dos bancos estatais para a economia brasileira são encontrados no financiamento da expansão da produção e das exportações agropecuárias do país nos últimos dez anos, num processo associado ao boom da economia chinesa; e na forte ação anticíclica que permitiu ao Brasil minimizar os reflexos internos derivados da crise financeira mundial que eclodiu em 2008.

Mas, evidentemente, nem tudo são rosas. Pois se a história do BNDES como fonte de financiamento de longo prazo pode ser escrita com letras maiúsculas, mais recentemente a expansão incontida do crédito da instituição além dos limites do razoável, e sob forte subsídio, levou o Tesouro a fazer seguidos e vultosos repasses

financeiros à instituição, recorrendo à captação de recursos através da colocação de títulos públicos, em operações que têm trazido pesados encargos para o Tesouro, já que a Taxa Selic, que baliza os custos para o Tesouro, não se norteia pelas taxas de inflação, e muito menos constitui instrumento de política monetária. A Selic funciona, de fato, como um instrumento de correção monetária da dívida pública, no geral pagando altas taxas de rendimento real a fim de atrair capitais externos de curto prazo – os chamados capitais especulativos – para financiar déficits de balanço de pagamentos. Custos reais elevados, de um lado, e juros reais negativos, de outro, vem marcando a expansão dos empréstimos do banco de fomento lastreados nos repasses do Tesouro.

A atuação do BNDES necessariamente terá de ser revista. E não cabe o argumento de que a orientação mais recente tinha o objetivo de minimizar os efeitos da crise financeira mundial sobre a economia brasileira; pois a

colocação de títulos do TN no mercado, para aporte de R\$ 400 bilhões adicionais ao BNDES desde o segundo semestre de 2009, deu-se quando a economia do país já superava os efeitos da crise financeira mundial. E de qualquer forma o direcionamento de recursos de tal amplitude, pelo impacto no setor produtivo e reflexos orçamentários, não poderia ser arbitrário, mas sim inserido no contexto das ações governamentais discutidas e programadas num âmbito maior, sob a orientação e supervisão do sistema de planejamento – jamais restrito ao nível da própria direção do banco. E, afinal, o reforço à disponibilidade de recursos nas instituições financeiras, mesmo estatais, deveria, como regra, ser através da captação no mercado, no caso com a colocação de títulos de longo prazo, ou junto a instituições financeiras internacionais como o BID e o BIRD; e para situações especiais, a entidade governamental controladora deveria prioritariamente recorrer ao aporte de capital.

MACEDO

Não vejo maiores problemas com a maior atuação do BB e da Caixa, ainda que essas instituições devam ser acompanhadas com grande rigor na sua governança e nas suas operações, inclusive para que não exagrem ao assumir riscos. Já o BNDES precisa ser reestruturado em vários aspectos, entre eles o excessivo uso de fundos do Tesouro, em face de seus custos e pelo que significam de aumento da dívida pública bruta, que também tem enorme importância na avaliação financeira do setor público. É também uma instituição pouco transparente nas suas operações ativas, em particular na divulgação de seus detalhes e nos critérios adotados para selecionar seus mutuários. Destes também se deveria exigir maior contrapartida de recursos próprios ou captados no mercado financeiro mediante debêntures, ações e outras formas, inclusive para ampliar o mercado nacional de capitais.

3. INVESTIMENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS

Nos dois últimos anos, houve redução do nível de investimentos, público e privado no país. Não se discute a necessidade de ampliá-lo, mas a discussão é sobre as alternativas para ampliá-lo.

ECONOMISTAS

A ampliação do nível de investimentos depende, principalmente, do grau de confiança do empresarial, da redução da taxa de juros, da ampliação dos investimentos públicos ou da melhor calibragem da política de concessões públicas?

LACERDA

O investimento público é fundamental, não só porque existem áreas nas quais o investimento privado não tem apetite para investir, mas porque ele é indutor de outros investimentos, tendo um papel estratégico relevante. Não vejo, portanto uma dicotomia

entre investimento público e privado, já que são complementares. Tendo em vista a situação de restrição de gastos do Estado, a opção é incrementar as concessões e as Parcerias Público-Privadas (PPPs), para o que se requer um sólido aparato regulatório. Além disso, o que move o espírito

animal do investidor é uma percepção de crescimento da demanda, expectativa de lucros e regras favoráveis à assunção de risco.

MUNHOZ

Entendo que a motivação para investimentos é diferente quando se trata do setor público ou do setor privado. E no setor privado existem subdivisões. Parece evidente que na agricultura, no comércio, na indústria – e ainda na área de serviços em geral – o empresário tende a decidir por novos investimentos orientado pelo comportamento da demanda. Ninguém amplia fábricas, ou substitui máquinas, quando a demanda está fragilizada; como vem ocorrendo de forma quase ininterrupta desde o Plano Real – quando a redução continuada da remuneração real do trabalho (assalariados e autônomos) travou a demanda das famílias, e a valorização cambial travou a demanda de exportações. Situação que se agravaria após 2003 com a nova onda de valorização cambial consciente, de responsabilidade conjunta do Ministério da Fazenda e do Banco Central – visando conter artificialmente a inflação – que provocou alterações crescentes nos preços relativos do Brasil com o exterior; com a consequência lógica de o país ser invadido por bens importados de toda natureza, altamente subsidiados, deslocando os produtos brasileiros dentro do seu próprio mercado. Se o resultado mais que previsto foi o surgimento de déficits comerciais crescentes, aumento incontrolável dos déficits globais do Balanço de Pagamentos, e aumento do endividamento externo, não é preciso ter noções de macroeconomia para saber que, em tais circunstâncias, ja-

mais os empresários se decidiriam por novos investimentos. Não pode causar surpresa o fato de a produção industrial brasileira estar agora nos mesmos níveis de dez anos atrás. Donde toda a política de incentivos para novos investimentos, incorporada pelo Governo nos últimos cinco anos – uma ação que se classificaria como ingênua – se constituiu em desperdício de recursos.

Se os investimentos no setor produtivo têm a cara do empreendedor privado – pois decorrem da expectativa de ganhos que remunerem a ação empresarial, o capital próprio e recursos de terceiros – quando se fala em investimentos na infraestrutura, a questão toma outros contornos. Isso, especialmente porque novos investimentos que ampliem a oferta de infraestrutura – mais energia, mais e melhores rodovias asfaltadas, modernização e expansão das linhas férreas, maior capacidade portuária, por exemplo – geralmente estão ligados a projeções de aumento da demanda. E nesse caso o investidor privado dificilmente se arriscaria a jogar recursos no presente, com baixa remuneração diante de uma demanda no início apenas potencial, com vistas a uma expectativa de compensar-se no futuro, quando se avance para exaustão da ociosidade. A menos que situações de monopólio permitam cobrar altos preços desde o início, frustrando o que se buscava com os novos investimentos, ou então o Governo lhe garanta, às custas do Tesouro, uma taxa de retorno mínima, como no modelo das Parcerias Público-Privadas.

Possivelmente por tais razões é que o Governo teria adotado um simulacro de privatização em grandes obras

na área de energia, em que o Estado, ou suas empresas, entram com parte substancial do capital, e o BNDES financia majoritariamente o empreendimento com taxas de juros altamente subsidiadas. Total contrassenso, já que se perdem as vantagens da presença do investimento estatal; pois o Governo financia a obra, mas serão cobradas tarifas que remunerem o capital investido com base no custo de oportunidade – sempre acima das taxas pagas por títulos tais como aqueles selicados, já que neste, em tese, o risco é zero.

Na área de energia e transportes, e nos setores da saúde e educação demandadas por grande parte da população assalariada, e inúmeras atividades afins, os investimentos têm de ser majoritariamente públicos. Com recursos a fundo perdido e tarifas que propiciem taxas de retorno de estatais em níveis compatíveis com o menor poder de compra de talvez 80.0% da população economicamente ativa. O que se permitiria, em determinadas atividades, seria a concessão temporária, regulada e fiscalizada pelo Estado, da administração de atividades típicas do setor público pelo setor privado. Algo na linha do modelo adotado para rodovias.

MACEDO

Respondo de olho no impacto sobre o crescimento econômico que precisa ser retomado. Os investimentos privados dependem de tudo isso, do que se convencionou chamar de “custo Brasil” e das oportunidades disponíveis para fazê-los. É preciso criar um clima adequado para que se realizem. O investimento público precisa ter

bons projetos em termos de custos e benefícios – que não vi, por exemplo, nos estádios da Copa –, e que sejam avaliados nos seus resultados, também para aprender com o processo de sua realização, pois também são carentes na área de execução, com obstáculos e atrasos de todo o tipo. O Brasil precisa reaprender a fazer investimentos públicos e uma saída seria delegar mais recursos federais aos estados, que estão mais perto de onde se realizam e vêm demonstrando maior competência para concretizá-los. No momento vejo como maior trava aos investimentos federais a disponibilidade de recursos próprios, já que o orçamento

está quase totalmente comprometido por outros gastos.

As concessões e PPPs também se recomendam por conduzir a uma melhor gestão dos investimentos realizados

Roberto Macedo

Para o país voltar a crescer tornou-se inevitável recorrer a mais concessões e também às PPPs (parcerias público-privadas), e este caminho precisa ser seguido com enorme empenho pelos governantes, em particular nas obras de infraestrutura, que

apresenta enormes carências. Além da escassez de recursos públicos, as concessões e PPPs também se recomendam por conduzir a uma melhor gestão dos investimentos realizados, mas sem dispensar a avaliação permanente dos seus resultados. Outra área que precisa ser estimulada é a construção habitacional, pois grande parte dela é “financeirizável”, ou seja, financiada pelos próprios adquirentes. O mesmo vale, entre outros casos, para obras de saneamento básico e de mobilidade urbana, cujos custos podem ser recuperados pelas respectivas tarifas, ressalvados eventuais subsídios que devem ser explicitados nos orçamentos públicos.

4. GASTOS PÚBLICOS

Observando-se a estrutura de gastos públicos do governo federal, observa-se que, entre os 5 grandes grupos, houve

uma relativa estabilização dos gastos com “pessoal e encargos” e “custeio”; a ampliação dos “gastos sociais” e com “isenções, desonerações e sub-

sídios” e redução dos “gastos com juros”, embora este se mantenha num patamar elevado, de R\$ 246 bilhões em 2013, ou 5% do PIB.

ECONOMISTAS

Como deve se comportar a distribuição dos principais componentes dos gastos públicos para facilitar a retomada do crescimento econômico?

LACERDA

O elevado custo de financiamento da dívida pública tem nos exigido elevados superávits primários para evitar a deterioração do resultado nominal e, portanto, é diretamente impactado pelos juros, e também pela evolução da dívida pública.

Nesse aspecto chama a atenção que a economia brasileira tem um custo

de financiamento da dívida pública da ordem de 5% do PIB. Isso implica a transferência de cerca de R\$ 240 bilhões ao ano dos recursos da sociedade, via pagamento de impostos e taxas para os credores da dívida pública, leia-se o sistema financeiro e os aplicadores em títulos do Tesouro.

Numa análise comparativa, o Brasil é o país que tem o maior custo de financiamento da sua dívida, levando em conta o seu nível de endividamento em relação ao PIB.

Enquanto o Brasil, com dívida pública líquida de 33,6% do PIB, tem o

custo de financiamento já citado de 5,2% do PIB, países cujas dívidas líquidas são proporcionalmente equivalentes, têm um custo de financiamento de cerca de metade, ou ainda menos que o brasileiro, como a Polônia, com 2,1%; Holanda, 1,3%; Canadá, 0,4% do PIB; ou ainda a Coreia do Sul, com taxa inferior a zero! Mesmo em países cuja dívida líquida é significativamente superior à Brasileira, como a Espanha, que deve 60,5% do PIB; Portugal, 118,5%; e Grécia, 169,7%, o custo de financiamento é respectivamente de 2,9%, 3,80% e 3,6% do PIB. Portanto, há uma clara distorção. No Brasil pa-

gamos muito mais juros do que seria razoável. Isso denota um paradoxo da nossa dívida pública, excessivamente concentrada no curto prazo e cujos títulos, ao contrário da normalidade, oferecem simultaneamente liquidez imediata, razoável nível de segurança e elevada rentabilidade.

Tão importante quanto reforçar a área fiscal é reformar a estrutura da dívida pública brasileira introduzindo uma estrutura a termo da taxa de juros, premiando o longo prazo em detrimento do curto prazo. Não se trata de uma questão fácil de resolver, mas que indubitavelmente nos trará grandes benefícios. O primeiro e mais evidente é reduzir o custo de financiamento da dívida. A flexibilização dos juros também diminuirá o elevado custo do financiamento e do crédito, com vantagens evidentes sobre a oferta de linhas de longo prazo no mercado, hoje basicamente restritas aos bancos públicos.

MUNHOZ

Não há dúvidas de que o país perdeu a batalha pela qualidade dos gastos públicos. Ou melhor, a população, desinformada pelo que realmente vem ocorrendo com as finanças públicas, vê-se atônita diante de uma situação de penúria no nível da oferta e no funcionamento dos principais serviços públicos. E toma consciência de que o Tesouro está virtualmente quebrado, e que o futuro reserva um rígido controle fiscal; o que significa redução de gastos – investimentos e custeio – que deverá atingir todos os setores, todas as atividades, todas as regiões.

Trata-se de um quadro altamente

preocupante, principalmente se se levar em conta que os números indicam que Governo não vem gastando demais – embora no ano eleitoral as despesas com educação e saúde revelem um crescimento real difícil de ser explicado. Fora disso, enquanto as despesas de pessoal vêm perdendo peso no global do governo federal, e o aumento das receitas da Previdência vem superando o aumento de despesas, talvez apenas o Auxílio Desemprego venha registrando grande aumento de gastos a cada ano – sempre superando largamente o crescimento inflacionário. O que não deveria surpreender, dado o grande aumento no número de desempregados – que as estatísticas oficiais sempre registram como pessoas que resolveram não voltar a trabalhar; o que recomendaria uma revisão da metodologia e um pente fino nos levantamentos, pois o número dos chamados desempregados voluntários já supera a vários milhões de pessoas.

Qual a razão de tanta celeuma em relação à situação do Tesouro, agora quando o Governo anuncia não conseguir em 2014 fazer o tão reclamado Superávit Primário? O ponto é que as receitas tributárias do Tesouro vêm crescendo abaixo da inflação – uma queda real, portanto – explicável tanto pela virtual paralisação da economia, como em razão da equivocada desoneração tributária – redução de tributos beneficiando em especial áreas industriais. Mas existem razões outras para os problemas do Tesouro, que surpreendentemente não vem fazendo parte da intensa controvérsia; são os encargos financeiros da dívida

pública. Fala-se em reduzir o valor das pensões – talvez no caso de viúvas jovens, como já surgiu anteriormente. Mas não se ouviu comentários quando o Banco Central resolveu retomar a elevação das taxas Selic – a pretexto de conter uma imaginária inflação de demanda – com aumento de quatro pontos de porcentagem nos dois últimos anos, provocando, com isso, um aumento de encargos do Tesouro da ordem de R\$ 100,0 bilhões anuais; equivalente, só esse acréscimo de despesas financeiras, ao montante do orçamento federal para a área da educação, ou da saúde, ou ainda igual a quatro vezes o que o Governo Federal destina anualmente à Bolsa Família. E dentro dessa linha de premiar o capital financeiro com uma remuneração duas vezes maior que os rendimentos dos depósitos de poupança, o Tesouro já gasta atualmente em torno de 300 bilhões de reais anuais com os juros da dívida mobiliária interna; considerando a dívida bruta de R\$ 3,2 trilhões, deduzidos os R\$ 600,0 bilhões dos depósitos do Governo no Banco Central.

Com perdas de receitas decorrentes das desonerações fiscais, mais o freio na arrecadação de impostos numa economia estagnada, e ainda com os aumentos nos gastos tais como na saúde e educação no ano eleitoral, nem precisariam repetir-se gastos turbina-dos com o auxílio desemprego, para a quebra do Tesouro. E nessas circunstâncias é evidente que não sobrem receitas de impostos para o pagamento de juros da dívida pública; que terá de ser totalmente coberto através da emissão de novos títulos do Tesouro,

enquanto o chamado mercado esperneia porque quer uma parte dos juros em dinheiro – com um inexistente Superávit Primário.

Se o Governo não tem como pagar ao menos parte dos juros da dívida pública em dinheiro, nada mais sensato que alterar a regra que determina a existência das sobras de caixa que não existem. E tudo seria diferente se a grita tivesse surgido quando da insensata elevação das taxas de juros, ao arbítrio do Banco Central, para conter uma inexistente pressão da demanda. Ou quando o Governo passou a premiar determinados setores da economia com a redução ou eliminação de tributos, na ilusão de que assim supe-

raria os efeitos dos desarranjos acumulados em anos de gestão temerária da política econômica.

MACEDO

Quanto ao preâmbulo da pergunta, creio que mais recentemente deve ter acontecido um aumento dos gastos com juros, pois antes de ter sido interrompido pelo no período eleitoral, estava em vigor um ciclo de aumentos da Selic, que foi retomado pelo BC logo após o pleito. Sobre a pergunta em si, para facilitar a retomada do crescimento é indispensável a ampliação do investimento público, mas como o governo federal é carente de recursos cabem as considerações da resposta ao item 3. Quanto aos demais itens,

caberia em cada caso uma avaliação de seus detalhes e de seus méritos, tanto para executá-los com maior eficácia e eficiência, como quanto para eventualmente liberar mais recursos para investimentos e outras carências a enfrentar. Mas, é preciso levar em conta que nas péssimas condições em que se encontra a situação fiscal do governo federal, no horizonte imediato essa avaliação precisa ser feita prioritariamente para gerar recursos para que aliviar aliviem o mau estado dessas contas. Isto, de novo, aponta para a muito maior importância que devem assumir as concessões e PPPs para no sentido da realização de investimentos públicos.

5. PROTEÇÃO SOCIAL

A Constituição Federal de 1988 promoveu um importante aumento da proteção social no Brasil, processo que foi ampliado nos últimos anos. São programas sociais de transferência de renda,

como o Bolsa Família; a ampliação e melhoria da cobertura previdenciária, assentada na formalização das relações de trabalho, na universalização da aposentadoria rural e no aumento do valor real do Salário Mínimo e na

implementação de inúmeras políticas públicas, como o FIES, o Prouni e o Mais Médicos. Tais medidas, se beneficiaram milhões de pessoas, incorreram em substantiva ampliação dos gastos governamentais.

ECONOMISTAS

O Governo deve manter, reduzir ou ampliar a proteção social no país?

LACERDA

A melhora na distribuição de renda e redução da miséria observadas no Brasil nos últimos 12 anos tem a ver com a posição do mercado de trabalho e dos programas sociais, dentre os mencionados. Trata-se de um grande

diferencial do Brasil, a economia é extremamente desigual e os governos democráticos têm se empenhado em reduzir esta desigualdade. É claro que demora, afinal são 500 anos de distorções. Outro ponto relevante é a melhoria do acesso à educação, base para uma nova distribuição de renda futura. É preciso manter os programas. Há, no entanto, algo de errado nos dispêndios referentes ao seguro desemprego e abono salarial. Há que se investigar

e corrigir as distorções, especialmente se decorrentes de fraudes que devem ser punidas na forma da lei.

MUNHOZ

A política social brasileira vem avançando desde a criação, em 1974, da Renda Mensal Vitalícia em favor de idosos e incapacitados para o trabalho, ampliada com a constituição de 1988 dando maior proteção aos trabalhadores rurais, e agregando melhorias

substanciais nos anos 1990 com os programas de auxílio às famílias de baixa renda, que foram unificados e quase universalizados a partir de 2003, sob o novo Governo. São conquistas inquestionáveis e de custos extremamente baixos face ao alcance social. O Bolsa Família, por exemplo, atendendo a mais de 13,0 milhões de pessoas, tem um custo anual da ordem de R\$ 25,0 bilhões, o que representa menos de 10,0% do que o Tesouro gasta com as despesas de juros que premiam o capital especulativo; quando uma parte da dívida poderia, e deveria, ser girada com títulos de curtíssimo prazo e remuneração real negativa.

Já em relação aos aumentos reais no Salário Mínimo superando 70,0% desde 2003, constitui uma conquista insustentável com o modelo seguido, pois a economia só conseguiria absorver os aumentos de custos se paralelamente outras rendas – também componentes de custos do setor produtivo – tivessem sido reduzidas, tais como os impostos ou os juros, por exemplo. Fora disso o crescimento real dos salários a taxas muito acima do crescimento da economia deságua em

aumentos nos custos de produção, elevação dos preços, e o recuo dos salários reais que buscavam o impossível: aumento das rendas de um grupo de agentes que atua no sistema produtivo sem queda paralela de outras rendas.

Claro que nessa questão do salário mínimo imediatamente deve surgir o contra-argumento de que foi sim possível acumular grande aumento real a partir de 2004 com a inflação sob razoável controle. Tese sem lastro, pois a relativa estabilidade vinha decorrendo do fato de que, paralelamente aos aumentos reais do SM o sistema produtivo era premiado por substanciais reduções de custo com a suicida política de valorização cambial, reforçada pelos subsídios aos combustíveis e à energia. Todas fontes de redução de custos insustentáveis no longo prazo, embora provocassem aumento no poder de compra das famílias de modo geral, sem efetiva incorporação permanente de ganhos de rendas reais. Mas ainda assim houve tempo para falácias tais com a fantasiosa incorporação de 40 milhões de pessoas pobres à classe média – a Nova Classe Média, como

anunciavam algumas trombetas.

Como uma série de medidas de política econômica inconsistentes provocaram um quadro de generalizado desequilíbrio macroeconômico – nas finanças públicas, nos mercados de energia e de combustíveis, e enfaticamente no balanço de pagamentos – as correções para o reordenamento da economia vão provocar um rearranjo no quadro de rendas do país, com perdas substanciais para os grupos indefesos – aqueles que vivem de salários.

MACEDO

As pressões são para ampliá-la, pois as carências são muitas e, por isso mesmo, tudo o que já se faz hoje precisa passar pela avaliação a que me referi ao responder a pergunta anterior, visando, inclusive, gerar recursos para ampliações. Mesmo os gastos ditos de proteção social precisam passar por essa avaliação. Em recente entrevista ao jornal Valor (7-11-14) a presidente Dilma deu alguns sinais nessa direção ao mencionar, que a pensão por morte é um dos itens da “questão do gasto” e que o seguro-desemprego é um “grande patrocinador de fraudes”.

6. RENÚNCIA FISCAL

A concessão de isenções fiscais, desonerações e subsídios, com o intuito de tornar as empresas mais competitivas e, assim, estimular a atividade produtiva, cresceu de forma substantiva nos últimos anos.

ECONOMISTAS

O Governo deve manter, reduzir ou ampliar a renúncia fiscal como forma de estimular a atividade produtiva no país?

LACERDA

Em geral tendo a discordar das críticas que em geral são feitas às renúncias fiscais, pois baseiam-se excessivamente em uma visão estática de curto

prazo, enquanto deve ser dinâmica, de longo prazo. Ou seja, não basta calcular a renúncia fiscal imediata, mas como ela vai impulsionar a atividade econômica e os benefícios decorren-

tes, inclusive de receita fiscal futura.

No entanto, creio que devemos aperfeiçoar a definição e concessão de incentivos que devem ser temporários e vinculados a compromissos de manutenção e empregos e realização de investimentos por exemplo, para que o esforço social seja recompensado.

MUNHOZ

A estratégia das desonerações faz parte de um conjunto de equívocos cometidos pelo Governo desde a crise financeira de 2008. Inicialmente se supunha que a economia fraquejava porque os empresários não se dispunham a investir; quando em realidade a valorização cambial que foi sendo acelerada a partir de 2004 foi paralisando a indústria brasileira, com perda de competitividade nos mercados externos e invasão das importações barateadas pelo câmbio. Posteriormente surge a suposição governamental de que, privatizando novos investimentos com recursos subsidiados do Tesouro repassados através do BNDES, se daria novo impulso à econo-

mia; ilusão porque, ainda que importantes a modernização de rodovias e aeroportos e a produção e distribuição de energia – ações que o Governo se mostrava incapaz de comandar – operações matemáticas elementares indicavam que o conjunto dos investimentos anuais das obras contratadas era pouco significativos no global da economia brasileira. E, mais recentemente tomou vulto a ideia de que a redução de tributos para determinados setores industriais alavancaria as inversões, turbinando finalmente o PIB; nada mais fantasioso, fruto da desinformação, não surpreendente, dada a inexistência de instrumentos de planejamento – destruídos nos anos 1990 com a chegada triunfante de um liberalismo econômico que há duas décadas domina a política econômica brasileira, dando ao capital financeira a primazia frente ao capital produtivo.

O conjunto de desonerações pontuais foi inútil; e injustificável na medida em que o BNDES poderia, sem os novos aportes que incharam sua carteira,

reservar recursos para financiamentos de longo prazo a setores que merecessem uma atenção especial. Desde que, evidentemente, com o suporte de um sistema de planejamento que orientasse prioridades nos investimentos públicos, e fosse indicativo para induzir o setor privado.

MACEDO

De novo não se trata apenas de uma questão de tamanho, mas de conteúdo, que deve ser ponderado na avaliação daquele. Nesse conteúdo, é preciso avaliar o que está voltado para objetivos econômicos e sociais defensáveis, como a desoneração de produtos e serviços de maior presença nos orçamentos das famílias de menores rendimentos e o subsídio ao financiamento de sua casa própria. Também cabe, de um modo geral, a desoneração dos investimentos e das exportações, e o seu financiamento em condições mais favoráveis, mas de forma horizontal e sem privilégios a esta ou aquela empresa. E, de novo, tudo com avaliação de resultados.



7. CARGA TRIBUTÁRIA

Há uma enorme controvérsia sobre o tema. Alguns questionam simplesmente a elevada carga tributária (35% do PIB). Já outros questionam sobretudo o modelo

tributário, que é regressivo, funcionando como instrumento de concentração da riqueza, e indireto, impondo distorções que provocam a perda de competitividade de nossa atividade produtiva.

ECONOMISTAS

A carga tributária deve ser reduzida ou o modelo tributário modificado?

LACERDA

Os dados sobre o desempenho fiscal da economia brasileira têm gerado um interessante debate a respeito do papel

e da importância do superávit primário das contas públicas como fator de confiança dos agentes privados. O Brasil desde que logrou êxito na re-

dução da inflação e, particularmente, depois que adotou o chamado tripé macroeconômico: metas de inflação e câmbio flutuante têm sido respaldadas pela geração de superávit primário nas contas públicas. Mais recentemente, com as medidas anticíclicas adotadas em contraponto ao desaquecimento da economia global, o resultado primário reduziu-se de 3% do PIB (Produto Interno Bruto) em 2011, para algo próximo de 1%, prognóstico para 2014.

É necessário garantir a sustentabilidade intertemporal das contas públicas, o que passa pela previsibilidade da geração de superávits fiscais; é também inegável que a transparência, solidez e consistência do setor fiscal sejam determinantes, e nesse campo temos muito ainda a evoluir. Por outro lado, há que se considerar as particularidades da economia brasileira.

O primeiro ponto a ser destacado, nesse sentido, é o elevado custo de financiamento da dívida pública, o que tem nos exigido elevados superávits primários para evitar a deterioração do resultado nominal e que portanto é diretamente impactado pelos juros, e também a evolução da dívida pública.

Ao contrário, portanto, de países com graves crises fiscais como alguns europeus, com destaque para o caso grego, o Brasil carece de ajustes finos, mais qualitativos, do que quantitativos. Também será muito importante aumentar a eficiência na utilização dos gastos. O recurso de ampliar a receita com a elevação da carga tributária não tem mais espaço. De 1996 a 2014 a carga tributária brasileira cresceu de 26% para 36% do PIB. Os níveis atu-

ais são comparáveis com Alemanha e Reino Unido, sendo que a contrapartida não é proporcional aos exemplos citados e, além disso, muito acima do nível médio mais próximo de 20% do PIB para países com os quais concorremos mais diretamente. Além disso, nosso sistema tributário é excessivamente complexo e injusto, carecendo de grandes transformações.

MUNHOZ

A carga tributária brasileira, que era de 25,3% em 1993, teve um crescimento próximo a dez pontos de porcentagem do PIB entre 1993 e 2002 (quando chegou a 34,9%), provocando recuo exatamente na mesma proporção na participação das rendas do trabalho (salários e rendimentos de autônomos) no PIB. Posteriormente, na revisão da metodologia das Contas Nacionais o IBGE publica novas series para o período a partir de 2000, apresentando os novos números um recuo da Carga Tributária (para 32,3% do PIB em 2002), e um aumento na participação das rendas do trabalho. De qualquer modo, porém, nas novas séries e nos anos futuros enquanto o global das rendas do trabalho seguiu sua tendência declinante até 2009 – último ano com disponibilidade de dados das Contas Nacionais do Brasil, os salários isoladamente alcançaram alguma recuperação mas as rendas dos autônomos registraram forte recuo.

A maior fragilidade dos rendimentos do trabalho daqueles sem vínculo empregatício é explicado exatamente pelas pressões que a carga tributária continuava exercendo no jogo pela apropriação das rendas geradas. É

impossível a manutenção de níveis mais elevados de renda real, na rubrica trabalho, sem o recuo em outros componentes de custos do sistema produtivo. E, no caso brasileiro, além da pressão derivada do aumento real dos tributos acima das taxas de expansão da produção – há o agravante da paralela elevação das rendas de juros ao longo da última década. Em circunstancia dramática, pois o montante das receitas de juros na economia brasileira em 2009 superava em 33,0% o global dos salários.

Interessante é que a política de valorização cambial praticada quase sem interrupção nos últimos vinte anos tem provocado, como inevitável, déficits crescentes nas relações externas, que vem sendo financiados pelo ingresso de capitais de curto prazo atraídos por apetitosas taxas de juros. Com isso enquanto se alcança um reequilíbrio precário das contas externas, os encargos financeiros do Tesouro levam ao aumento de impostos para cobrir o pagamento dos juros. E o efeito conjunto de mais juros e mais impostos é o de pressionar o quadro distributivo da renda e impedir a maior parte da população de superar o mundo da pobreza.

Quando se analisa o que vem ocorrendo com a apropriação das rendas na economia brasileira, confrontando-se com a versão de que 40 milhões de pessoas teriam saltado da pobreza para a classe média, não é difícil entender porque o IBGE suspendeu a publicação das Contas Nacionais do Brasil – o documento mais completo, detalhado e compatibilizado na radiografia de qualquer economia. Aqui, a última publicação é a do ano de

2009; e afirmar-se que a paralisação se deveu a mudanças metodológicas agride o bom senso e a própria história da instituição.

MACEDO

Realisticamente, com a grave situação fiscal do governo federal, e com a carência crônica de recursos por parte dos demais entes federativos, estes contidos na sua gestão pela Lei de Responsabilidade Fiscal, no horizonte que se pode contemplar, não vejo espaço para reduzir a carga tributária. Se não aumentar, já significará “um avanço porque que ela não estaria avançando.” Mas, é preciso manter na pauta de discussão a ideia de uma reforma tributária, tamanhas são as distorções do sistema tributário existente, como a

predominância de impostos indiretos e os disparates envolvidos na legislação do ICMS, que deixaram-no longe de um bom imposto sobre o valor adicionado. Sobre essas e outras distorções, o economista Clóvis Panzarini, ex-coordenador tributário da Secretaria da Fazenda paulista, escreveu recentemente um artigo que sintetiza essas distorções, ilustradas pelo próprio título do texto: “Black blocs do sistema tributário” (Digesto Econômico, LXIII, nº 478, julho-agosto, 2014). Mas, mesmo sem uma reforma de maior envergadura no curto prazo, pode-se avançar muito, e desde já, como, por exemplo, via 21 medidas de simplificação e racionalização do sistema tributário brasileiro sugeridas por estudo coordenado pelo ex-secretário da

Receita Federal, Everardo Maciel, a pedido, entre outras entidades, da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), que publica a mesma revista, cujo número citado inclui um CD que contém uma apresentação do mesmo estudo. Entre outras medidas estão: (a) tributos (inclusive contribuições sociais) só poderão ser exigidos se instituídos ou majorados por lei sancionada até 30 de junho do exercício anterior”; (b) a legislação tributária deverá, anualmente, ser consolidada até 31 de dezembro, sob pena de responsabilidade da autoridade fazendária; e (c) tratamento isonômico entre os encargos aplicáveis ao tributo em mora e os valores a serem devolvidos (restituição, ressarcimento) ao contribuinte.

8. SUPERÁVIT PRIMÁRIO

O superávit primário tem sido um efetivo instrumento de controle da

dívida pública, mas também um grande limitador dos investimentos públicos, pois os juros da dívida

pública, da ordem de R\$ 250 bilhões (5% do PIB) sangram o orçamento público.

ECONOMISTAS

O superávit primário deve ser mantido no atual patamar, ampliado ou reduzido? Como reduzir os gastos com pagamento com juros da dívida pública?

LACERDA

O superávit fiscal primário é importante, mas não pode ser uma camisa de força que amarre a economia. Devemos ter uma visão cíclica: quando a economia desaquece é normal que se busque um menor superávit primário, podendo ser elevado na retomada. Além disso, é preciso ir além e enxergar as contas públicas como um

todo, considerando também o excessivo gasto com o pagamento de juros sobre a dívida pública.

MUNHOZ

O superávit primário surgiu para o Brasil, ainda que com outra denominação, como um subproduto do acordo de ajuste externo de janeiro de 1983, com o FMI. Os investimentos das empresas estatais financiados por terceiros passaram a ser considerados déficits públicos, numa verdadeira aberração. Alegava o FMI que as estatais eram responsáveis pelos déficits no balanço de pagamento, enquanto de fato tais

empresas, dispendo de bons cadastros, foram usadas pelo Governo para a contratação de empréstimos externos; operações voltadas para a captação de dólares que cobrissem os desequilíbrios que se seguiram à crise do petróleo dos anos 70, e, no mesmo contexto, o brutal aumento das taxas de juros internacionais. O que havia, de fato, nas imposições do FMI, era a intenção de se enfraquecer as empresas estatais brasileiras, criando-se então clima favorável para a privatização, para, assim, captar dólares que amenizassem um endividamento externo crescente.

Surpreendentemente nenhum governo brasileiro contestou os critérios do FMI. Que no presente tem a sua racionalidade representada como um mecanismo contábil que assegure que o Governo reserve parte das receitas fiscais para o pagamento dos juros da dívida pública. Nada mais. Cria-se, porém, um imbróglio, na medida em que a carga tributária brasileira supera os limites do razoável, enquanto a política de juros, lastreada na manipulação da Selic, provoca encargos financeiros insuportáveis para o Tesouro. É verdade que o mercado se satisfaz, ao menos por ora, com que apenas parte dos juros seja pago com sobras da arrecadação. Mas com os níveis a que chegaram as taxas Selic, uma conta de juros da ordem de R\$ 300,0 bilhões do governo federal, e uma economia estagnada, como realizar superávits de qualquer tamanho? Essa questão é um dos vários problemas altamente complexos, e entrelaçados, que compõem o quadro atual de desafios para a formulação da política econômica.

9. CÂMBIO

Há praticamente consenso entre os economistas que a atual taxa de câmbio, oscilando entre R\$ 2,30 e R\$ 2,40 por dólar (USA) está apreciada, impactando fortemente nossa balan-

ECONOMISTAS

A atuação do Banco Central deve visar um câmbio flutuante ou deve intervir para promover a depreciação de nossa moeda?

MACEDO

O superávit primário precisa ser ampliado, pois sua situação atual, próxima de um déficit primário, é hoje o responsável mais importante na quebra da confiança na gestão econômica do governo federal, pois influencia forte e negativamente o estado de ânimo dos agentes econômicos. Conceitualmente, entretanto, acho que o conceito de superávit primário deve deixar de ser o principal parâmetro de avaliação do desempenho fiscal do governo, e substituído pelo que predominava no passado e que também se constitui no parâmetro internacional dessa avaliação. Ou seja, o resultado final das contas, usualmente deficitário, conhecido como déficit fiscal ou nominal. A razão é que o superávit primário transmite, enganosamente, a noção de que o governo tem um superávit, quando sua situação, como a da maioria dos governos, aqui e lá fora, é deficitária. E em alguns casos o adjetivo “primário” chega a ser até esquecido pelos meios de comunicação, que

costumam apontá-lo como a “economia ou poupança que o governo faz para pagar parte dos juros da dívida”. Ora, economizar ou poupar não integram o rol de atitudes tomadas pelo governo. Assim, o que deveria ser realçado mensalmente seria o déficit fiscal e sua variação, juntamente com outros indicadores, as variações da receita e da despesa, para saber como se chegou a esse resultado, bem como a parcela dos gastos destinada a investimentos e a outras despesas, para realçar a importância do investimento público e de como ele se comporta. O resultado primário ficaria no final da lista. Quanto a baixar o custo da dívida pública, o primeiro passo é não aumentá-la. O segundo seria realizar uma gestão fiscal que credenciasse o governo a juros menores como bom devedor. Ressalvados períodos de forte carência da demanda agregada, sou por uma gestão fiscal desse tipo, assegurando condições para que o BC possa manter uma política monetária que leve a Selic a um valor bem mais baixo do que tem hoje.

LACERDA

A maior volatilidade e desvalorização do real nas últimas semanas decorrem basicamente de dois fatores, um doméstico, outro externo. No âmbito

maior responsável pelo suposto processo de desindustrialização do país e de reprimarização de sua pauta exportadora. Por outro lado, sua depreciação geraria impactos negativos na taxa de inflação.

interno, o crescente déficit em conta corrente do balanço de pagamentos, que atingiu 3% do PIB no acumulado dos últimos doze meses, é um fator de pressão pela desvalorização.

No cenário externo, EUA e China chamam a atenção. Há uma mudança de posicionamento da economia norte-americana, que vivencia um processo de reindustrialização, fortemente focada na mudança da matriz energética proporcionada pela exploração do gás de xisto, os incentivos à inovação e os mecanismos de fomento via compras governamentais. A retomada norte-americana inevitavelmente significará uma redução das medidas de estímulo monetário e uma elevação das taxas de juros, valorizando o dólar em relação às demais moedas. Adicionalmente há um outro fator relevante que é a desaceleração da China e a redução das cotizações das commodities.

A consequência é uma maior volatilidade no curto prazo. Visando contrabalançar os efeitos que têm provocado a desvalorização, foram tomadas medidas como a elevação dos juros e a eliminação do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) sobre os fluxos de capitais dirigidos às aplicações de renda fixa e no mercado futuro. Além disso, o Banco Central tem intensificado sua atuação comprando divisas no mercado à vista e futuro.

Apesar das medidas, a desvalorização do real é o caminho natural, tendo em vista as circunstâncias do cenário doméstico e internacional. As iniciativas visam muito mais diminuir a volatilidade e evitar o overshooting. Passada a fase mais aguda, a tendência é que o real se estabilize em um nível 10 a 15% superior ao anterior.

No curto prazo, a desvalorização do real gera dois principais impactos negativos. O primeiro é sobre a inflação.

Cada 10% de variação na moeda tende a impactar em 0,5 ponto percentual na inflação anual, como revela a estrutura de preços da economia brasileira. O segundo efeito importante é sobre o endividamento externo das empresas. Apesar dos inconvenientes e de uma visão excessivamente de curto prazo que tende a prevalecer nas análises, o impacto final deverá ser positivo para a economia brasileira. Um câmbio mais desvalorizado amplia a competitividade dos produtores brasileiros, relativamente aos produtos importados e também para a exportação.

Se a desvalorização cambial ocorrer conforme o cenário aqui delineado, embora amenize, ainda assim será insuficiente para compensar as desvantagens competitivas que têm afetado negativamente a produção brasileira. Mediante condições mais favoráveis, o setor industrial poderá deixar de ser um fator limitador para a expansão do crescimento do PIB e também elevar as taxas de investimento.

Daí a necessidade de haver avanços em outros aspectos que fomentem os ganhos de produtividade, seja sistêmica, seja empresarial, para evitar que todo o ajuste recaia sobre a via cambial, uma vez que há limites impostos pelo fato de a inflação já ter alcançado um nível elevado. A questão fundamental é a taxa de câmbio real, ou seja, o ganho líquido considerando a elevação dos custos de produção.

Por outro lado, utilizar o câmbio como âncora para controlar a inflação leva a um efeito indesejado de desindustrialização e deterioração das contas externas, como denotam

nossa experiência histórica e o próprio quadro atual. O aumento da vulnerabilidade decorrente do crescente déficit de transações correntes e a sua insustentabilidade intertemporal não compensam o aparente ganho de curto prazo de uma taxa de câmbio excessivamente apreciada.

MUNHOZ

A melhor política cambial que o Brasil teve desde o pós-guerra (pós-1945) foi o sistema de ajustes periódicos da taxa de câmbio visando a manutenção da paridade do poder de compra entre as moedas. Implantado em agosto de 1968 e pulverizado no final dos anos 80 quando o liberalismo econômico, bradando pelo laissez-faire, invadiu o continente europeu tendo a desregulamentação dos mercados financeiros como porta-bandeira.

O sistema adotado pelo país impedia que os produtos brasileiros - mesmo com inflação interna diferente dos níveis das taxas de inflação observadas em seus grandes parceiros comerciais - se tornassem mais caros ou mais baratos frente aos seus competidores externos; e igualmente impedia que os produtos estrangeiros se tornassem mais caros ou mais baratos dentro do mercado brasileiro. Pode-se dizer que o regime cambial representava fielmente os mecanismos do sistema de Bretton Woods, que surgiu com o FMI em 1944 (tendo degradingolado com a crise do dólar de 1971 e 1973), e com o Sistema Monetário Europeu, de 1979, varrido quando a insensatez da moeda única desconheceu, quando da criação do Euro, que países com estruturas econômicas profundamente diferenciadas não podem conviver com regi-

me cambial rigidamente fixo (caso do Euro). Em ambos os sistemas – FMI e SME as taxas de câmbio declaradas pelos países participantes, que formavam uma grade em si, eram fixas, porém passíveis de realinhamento, e admitiam pequenas flutuações de mercado em torno de uma paridade central.

O Brasil desde o início dos anos 90 passou a adotar critérios erráticos em relação às taxas de câmbio, com a chamada ancora cambial de 1994 – valorização inicial da moeda, quando da criação do Real, através de novas paridades declaradas pelo Banco Central; para, assim, reduzir os custos das importações, ajudando (com a paralela redução do salário real) a estabilização monetária. Seguiu-se um regime de bandas cambiais, e consolidou-se a partir de 2003 o sistema de livre flutuação que propiciaria a valorização da moeda local pelas pressões de mercado alimentadas por intenso fluxo de entrada e saída de capitais especulativos. Monitorado pelo Banco Central, a flutuação nas cotações funciona como uma

gangorra por onde os especuladores podem manipular as taxas de câmbio para maximizar os ganhos financeiros com o vai-e-vem do ingresso e saída de dólares. Conjugado com a liberdade de entrada e saída de capitais de curto prazo, o sistema cambial mostra-se ideal para atrair capitais especulativos, que hoje inclusive financiam os rombos do balanço de pagamentos; e, diante das regras que estimulam os capitais especulativos, não surpreende que entre 2003 e 2010 tenham ingressado no país perto de 1,1 trilhão de dólares na rubrica Investimentos de Carteira – perto de 3,3 vezes maior que as entradas entre 1995 e 2002 - com saídas próximas de US\$ 900,0 bilhões no mesmo período.

Tudo que se pense em termos de futuro para a estratégia de recuperação econômica, terá de passar pelo realinhamento dos preços relativos do Brasil com o exterior; o que significa a remoção da valorização artificial da moeda brasileira. Uma etapa dolorosa porque dólar mais caro significa aumento nos custos das

importações e conseqüente elevação dos preços internos – a temida alta inflacionária. Mas o que pensavam os gestores da economia quando permitiram a valorização do Real, produzindo uma enganadora estabilidade da moeda? Agora, como inevitável, o movimento é inverso. A menos que o Banco Central se atreva a produzir dólares na Casa da Moeda; ou contrate algum alquimista poderoso que socorra uma nação que terá de continuar convivendo no planeta Terra.

MACEDO

Como norma, cabe um câmbio flutuante com intervenções ocasionais do BC. Administrar direta e permanentemente a taxa é uma política arriscada e usualmente desastrosa. Um passo muito mais importante para depreciar o real seria a política fiscal referida no item anterior, cujo resultado, de menor taxa juros, desestimularia o ingresso de capitais financeiros e assim contribuiria para uma desvalorização da nossa moeda.

10. INFLAÇÃO

Alguns economistas, notadamente os do mercado financeiro, tem afirmado que a inflação acha-se fora de controle. Outros atestam o oposto, que nos últimos anos, em nenhum de-

les a inflação extrapolou o limite máximo da meta fixada e que, se considerarmos a média dos quatro últimos meses, acha-se inclusive abaixo do centro da meta. Por outro lado, de acordo com o DIEESE,

mais de 90% dos acordos coletivos de trabalho tem garantido reajustes salariais acima da taxa de inflação. Há também a questão dos preços administrados, em particular, energia elétrica e combustíveis.

ECONOMISTAS

A inflação brasileira acha-se fora de controle? O poder de compra dos salários está sendo preservado? Qual deve ser a po-

lítica em relação aos preços administrados? O aumento da taxa de juros é uma alternativa apropriada para combater a inflação? Gera efeitos colaterais?

LACERDA

Tornou-se senso comum que a inflação brasileira é demasiadamente elevada. A variação anual dos preços no Brasil tem sido resistente ao redor

dos 6% ao ano desde 2009. No entanto, quem se der ao trabalho de comparar os dados de outros países, algo, aliás básico para quem pretende analisar o assunto, irá, provavelmente, se surpreender. É curioso notar que a inflação média dos países em desenvolvimento no mesmo período citado tem sido equivalente aos mesmos 6%.

Os dados denotam a seguinte evolução acumulada nos últimos doze meses em países de porte e estágio de desenvolvimento minimamente comparáveis ao nosso: África do Sul, 6,1%, Índia, 6,7%, Indonésia, 6,7%, Rússia, 6,9%, Turquia, 8,4%. Há, evidentemente o caso de outros países em desenvolvimento que apresentam níveis mais baixos, mas que tem pouca similaridade com a nossa estrutura, como é o caso do Chile, cuja inflação é de cerca de 4% ao ano, ou Coréia do Sul, abaixo de 2%.

O mundo em desenvolvimento tem uma inflação média que é o triplo da observada na média dos países desenvolvidos. Há componentes estruturais na inflação verificada naqueles países muito relacionados a fatores como transformações demográficas, urbanização, mobilidade social e mudança de padrões de consumo, dentre outros aspectos. São alterações que, embora favoreçam a melhoria da distribuição da renda e a expansão do mercado, implicam, por outro lado, o encarecimento dos alimentos, derivado do crescimento da demanda, assim como o aumento do custo da mão de obra e, consequentemente, dos serviços.

Assim como o fato de o Brasil apresentar um comportamento da

inflação semelhante aos países em desenvolvimento não deve ser um elemento interno de conforto, por outro lado, deve indicar que estamos diante de um fenômeno que afeta países com características semelhantes. Faz-se necessário, portanto, um maior esmero, tanto no que se refere ao diagnóstico do problema, quanto ao seu enfrentamento.

No Brasil criou-se a cultura da elevação das taxas de juros como uma espécie de panaceia para a estabilização dos preços, sejam suas causas associadas ou não à demanda. Há muitos fatores mais diretamente ligados à oferta e que, por isso tendem a não responder às medidas de contenção da demanda. Não é por acaso que nenhum dos países citados, embora convivam com taxas de inflação anual próximas das verificadas no Brasil, praticam taxas de juros reais tão elevadas quanto as nossas.

Para além das questões já citadas, temos características específicas do nosso sistema de formação de preços que são fomentadoras e mantenedoras da inflação. É o caso, principalmente, do elevado nível de indexação verificado, o que tende a disseminar os choques localizados para outros setores da economia. Como as decisões de políticas econômicas não são neutras, as suas escolhas devem ser objeto de continuo debate, especialmente nas democracias.

Mais do que antecipar uma redução da meta de inflação, o que dadas as condições atuais, só faria elevar as taxas de juros e transferir ainda mais renda para os credores da dívida pública,

conviria a discussão e implementação de uma política estabilização de longo prazo que contemplasse:

- promover uma redução pactuada e gradual da indexação da economia. Em um primeiro momento desvinculando o reajuste de contratos, aluguéis, tarifas e demais preços a índices gerais, como o IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado), por exemplo, substituindo-os por indicadores específicos de evolução de custos de cada setor ou modalidade em questão;

- incentivar o aumento da oferta visando minimizar os choques de preços. Isso pode ser alcançado com um ambiente favorável à expansão dos investimentos, assim como uso seletivo da facilitação de importações para gerar concorrência local;

- garantir um sólido quadro fiscal, ampliando a transparência do uso dos recursos públicos. Isso garantiria maior previsibilidade e confiança dos agentes, evitando que a expectativa negativa fomentasse os repasses de preços e salários.

MUNHOZ

Quando a política econômica por um lado provoca, ou suporta, o aumento continuado da carga tributária, e por outro eleva institucionalmente a taxa básica de juros, o resultado inevitável é o aumento dos custos do sistema produtivo; e se a valorização cambial já esgotou a capacidade de funcionar compensatoriamente em sentido contrário, o resultado é o aumento das taxas de inflação. Exatamente o caso brasileiro.

- Se com a aceleração inflacionária o Banco Central eleva ainda mais as

taxas de juros – alegando a existência de pressões da demanda ainda que a economia esteja paralisada e grande a ociosidade industrial, mais custos financeiros e inflação ainda maior. Nesse caso, como a política monetária pode levar à estabilidade dos preços, se tem efeitos exatamente contrários?

E a resposta é que, como a estabilidade depende da existência de perdedores definitivos de rendas reais - ou seja, a existência de grupos que não consigam reagir à inflação para recompor suas rendas reais - a política de mais juros e cortes de despesas do Governo vai aprofundando a recessão, reduzindo o nível de emprego, propiciando então o recuo dos salários reais. Salários reais em queda significa redução dos custos no sistema produtivo, queda nos preços reais do mercado (aumentos inferiores à inflação), e o caminho para a inflação menor. Talvez o centro da meta traçada pelo Banco Central.

- Não existe milagre, portanto. No modelo ortodoxo associado ao liberalismo são os juros em alta, mais o ajuste fiscal (corte de despesas) que vão reduzir a inflação. Através, como já se mencionou, de uma recessão que enfraqueça o poder de barganha dos trabalhadores, impedindo a recomposição dos salários corroídos pela inflação. Metas de inflação e limites rígidos para os déficits fiscais completam o modelo – como adotado na Zona do Euro e copiado por países como o Brasil - que tende a levar à recessão permanente; pois qualquer elevação dos níveis de preços com risco de superar a meta definida pelo Banco Central detona os mecanismos clássicos e paralisantes, de mais juros e menos despesas.

- A situação brasileira já alcançou estágios mais complexos, deve-se admitir. Pois se a inflação foi contida nos últimos dez anos com a valorização do câmbio e o controle de preços de itens essenciais – especialmente combustí-

veis e energia elétrica, o grau de comprometimento das contas externas, e de desorganização financeira da Petrobrás e do sistema elétrico não deixa outra alternativa que não o realinhamento do câmbio e dos preços; o que significa um salto inicial das taxas de inflação, e uma etapa seguinte de arrocho sobre a renda das famílias e o setor produtivo

MACEDO

Não está fora de controle, mas seu nível é desconfortável e precisa ser reduzido. O poder de compra dos salários vem sendo preservado conforme apontam os dados do DIEESE, mas eles também indicam pressões inflacionárias por esse lado. E os preços administrados estiveram contidos por muito tempo, gerando distorções. Como o governo só agrava o problema pelo lado fiscal, a Selic acaba sendo usada para conter a inflação, com seus efeitos colaterais danosos. Insisto que hoje a questão central da política econômica é a fiscal.

11. TAXA DE JUROS

O aumento da taxa de juros tem sido um instrumento recorrente usado pelo Banco Central para comba-

ter a inflação. De fato, o encarecimento, aliado às restrições ao crédito, inibem a inflação, mas também causam efeitos colaterais,

como a contração do consumo e do investimento, além de elevar os gastos com financiamento da dívida pública.

ECONOMISTAS

Qual a política de juros mais adequada para auxiliar na retomada do crescimento no próximo período sem maiores riscos de elevação da inflação?

LACERDA

O Brasil pratica há anos a maior taxa de juros real do planeta. Já tivemos juros reais de 10% há dez anos e vimos reduzindo. Hoje estamos em 4,5%, mas como o mundo reduziu mais for-

temente suas taxas de juros (EUA, Europa e Japão praticam juros nominais próximos de zero, o que significa juro real negativo), ainda estamos muito longe. É fundamental estabelecer as condições para que se pratique no Bra-

sil uma taxa de juros pelo menos compatível com a média dos países em desenvolvimento. Para isso, dentre outros pontos, é preciso reformar a estrutura da dívida pública brasileira.

MUNHOZ

Existem diferentes taxas de juros na economia brasileira. A taxa básica (Selic), que o Banco Central diz elevar para controlar o excesso de demanda e assim conter a inflação – uma falácia no quadro de estagnação econômica já que a correção monetária em favor do capital financeira visa, de fato, atrair dólares para fechar as contas externas. Taxas de juros subsidiadas, praticadas pelo BNDES com recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador e dos repasses do Tesouro; Taxas moderadas mas com spreads absurdamente altos, praticadas em determinadas operações com empresas prime e no crédito consignado para pessoas físicas. E, final-

mente, taxas de juros estratosféricas cobradas sobre outras linhas de crédito para pessoas jurídicas e pessoas físicas – nestas abrangendo saldos devedores em cheques especiais e cartões de crédito.

- Como as famílias foram estimuladas ao endividamento descontrolado, na ilusão de que os pobres haviam sido milagrosamente deslocados para um novo mundo – a chamada Nova Classe Média, o aumento da demanda das famílias possivelmente não deva reagir a uma eventual redução nos juros do crédito para o consumo. E de qualquer modo, dado o grau de desajustes setoriais provocado pelo artificialismo de câmbio e preços monitorados, o arranjo, e a retomada do crescimento, não seria alcançado através da simples redução dos juros, embora esta, e a redução da carga tributária, certamente serão essenciais para uma segunda etapa, após transposto o túnel dos ventos.

MACEDO

Colocando de outra forma: a política monetária precisa seguir em harmonia com o lado fiscal. Não adianta o BC aumentar a Selic enquanto a política fiscal é expansionista. Assim, a política de juros mais adequada seria uma política fiscal que desse sustentação a uma política monetária do BC, está de olho em juros mais baixos. E como ficaria o crescimento? O crescimento precisa ser buscado por políticas específicas, pois as políticas do chamado “tripé” (superávit primário, metas de inflação e câmbio flutuante) são políticas de estabilização, que concentram a atenção dos livros de Macroeconomia. Sobre a retomada do crescimento, que em geral é relegado nesses livros a uns poucos capítulos finais pouco lidos, reitero, em particular quanto ao papel governamental, os termos de minha resposta à terceira pergunta.

12. PRODUTIVIDADE

O país gerou nos últimos anos 8 anos, desde os primórdios da atual crise econômica,

em 2007, cerca de 15 milhões de empregos, dos quais 12 milhões foram empregos formais. Tem havido também

fortes avanços na capacitação de mão-de-obra e elevação dos níveis salariais, mesmo que tímida nos últimos anos.

ECONOMISTAS

Como aumentar a produtividade do trabalho?

LACERDA

Em um mundo em que prevalece a situação de países de elevado desemprego, como na Europa, por exemplo, o Brasil vem conseguindo reduzir o

seu desemprego de 12% da PEA, há dez anos para algo em torno de 5% atualmente. A despeito do relativamente baixo crescimento econômico, o desemprego cai, basicamente decorrente de fatores demográficos, urbanização e o retardo do ingresso dos jovens no mercado de trabalho. Estamos diante

de um “bom problema”, no sentido que se trata de um desafio, que é aumentar a eficiência e a produtividade do trabalho, o que passa por educação, qualificação, automação, informatização, enfim tudo que nos proporcione continuar a crescer sem contar o fator outrora abundante que era a oferta de

mão de obra. Não é tanto uma novidade para o Brasil, que para se industrializar no século XX passou por desafio semelhante inclusive contando com contingentes expressivos de mão de obra importada. A diferença estará em fazê-lo de forma qualitativa.

MUNHOZ

A produtividade industrial depende do grau de modernização do maquinário e do nível de qualificação da mão de obra. A produtividade no setor de serviços está mais associada ao nível de qualificação do pessoal empregado. Mas é ocioso falar-se em produtividade com uma política cambial que quebraria mesmo indústrias tecnologicamente de ponta, como a alemã. O câmbio tem de ser neutro – impedindo alterações nos preços relativos entre os pais e o exterior; e jamais utilizado para reduzir custos internos, criando um clima artificial de estabilidade monetária. E

só após restabelecida essa condição essencial é que poderão retornar os investimentos que modernizem, atualizando tecnologicamente, o setor produtivo. Nesse momento será possível discutir-se a produtividade da economia brasileira, enfrentando-se novos eventuais gargalos hoje dissipados em meio ao tsunami cambial que cortou à metade a relação câmbio/salário dentro do país, desde a passagem do milênio.

MACEDO

É sabido que boa parte dos empregos citados são de baixa produtividade e é preciso aumentá-la. Em geral isto exige mais capital por trabalhador, capital esse que usualmente traz consigo avanços tecnológicos. Por exemplo, minha produtividade aumentou muito com os computadores e o pacote Office. Mas, também é preciso que o trabalhador tenha mais educação e treinamento para usar esse

capital. Com razão, essa necessidade de aumentar a produtividade tem recebido maior atenção dos economistas brasileiros. É preciso buscar tudo isso (capital, avanços tecnológicos, educação e treinamento) para aumentá-la, mas não se pode fazê-lo isso isoladamente, pois, por si mesmo, o aumento da produtividade pode gerar desemprego. Assim, é preciso ter demanda para esse aumento e pensar o assunto no contexto de políticas voltadas para o crescimento econômico. Volto de novo à minha resposta à terceira pergunta. Por exemplo, se Caso a construção habitacional e outras obras do ramo forem fossem estimuladas, pode-se poder-se-ia pensar em aumentar a produtividade nesse setor com maior uso de estruturas metálicas, que agilizam o processo de construção e assim aumentariam a produtividade dos seus trabalhadores.

13. COMPETITIVIDADE/CUSTO BRASIL

O aumento da competitividade da atividade produtiva no país é visto pelos economistas das mais variadas correntes como um enorme desafio para o próximo período. É o cha-

mado Custo Brasil, que apresenta vários “gargalos”: na área de infraestrutura de transportes, comunicações e energia, envolvendo o perfil das respectivas matrizes e a participação dos investimentos públicos;

na área de pesquisa e desenvolvimento; excessiva burocracia e corrupção no setor público, além dos habitualmente indicados pelo setor empresarial, como carga tributária e custos trabalhistas.

ECONOMISTAS

Quais são as medidas mais indicadas para aumentar a competitividade do produto brasileiro?

LACERDA

A questão é que nos tornamos um enorme mercado consumidor, o sétimo

maior PIB do mundo, mas, devido às condições desfavoráveis de competitividade sistêmica, grande parte da demanda doméstica vem sendo atendida com o aumento das importações. Embora seja uma saída confortável no curto prazo, estamos desperdiçando

divisas, empregos, renda e impostos, que poderiam agregar mais valor localmente. Isso é especialmente importante em um quadro internacional de menor crescimento das economias.

A participação da indústria de transformação no PIB (Produto Interno Bru-

to) foi reduzida a menos de 15%, em um claro processo precoce de desindustrialização. Enquanto isso, o coeficiente de importações cresceu em todos os segmentos, especialmente naqueles que exigem maior sofisticação, como o de máquinas e equipamentos, por exemplo, em que chega a 40% do total. O déficit comercial de produtos de elevada tecnologia atingiu US\$ 80 bilhões em 2011 e continua se ampliando.

No entanto, alguns dos aspectos importantes relacionados à questão, ainda estão longe de um consenso. Há sempre aqueles, que buscam desqualificar qualquer iniciativa, seja de política industrial, por parte do governo, ou de mobilização por parte de empresários e trabalhadores.

A maioria dessas análises desconhece a estrutura industrial, assim como a lógica das decisões empresariais. Vale lembrar que o Brasil se abriu ao mercado externo, desde o início dos anos 1990, mas não oferece até hoje, decorridos mais de 20 anos, um ambiente competitivo em condições isonômicas com os nossos países concorrentes.

Uma visão ingênua do processo está em circunscrever os graves problemas enfrentados pela indústria brasileira como se fossem apenas demandas setoriais, corporativas. Engana-se quem imagina que se trata de um problema localizado. As empresas têm como se adaptar, aumentando o seu conteúdo importado. No limite, podem se transformar em meros representantes locais de indústrias oriundas de outros países. Embora sob o ponto de vista individual, microeconômico, a estratégia possa prolongar a viabilidade do

negócio, é óbvio que se trata de uma prática insustentável no longo prazo e danosa ao país.

Estamos desperdiçando divisas, empregos, renda e impostos, que poderiam agregar mais valor localmente

Antônio Corrêa de Lacerda

Quanto à desoneração tributária, financiamento e outros itens cruciais para as decisões empresariais, embora bem vindas, a maioria das medidas que têm sido adotadas não criam novas vantagens competitivas. Os nossos concorrentes, como os chineses e coreanos, por exemplo, contam há muitos anos com condições melhores do que as oferecidas no Brasil. No que toca ao financiamento, por exemplo, para citar um item importante, os produtores de bens de capital, naqueles países, têm acesso a linhas cujo juro cobrado é igual a zero. Isso significa que tudo que fizemos representa um avanço, mas não nos torna mais competitivos frente aos concorrentes externos.

MUNHOZ

Claro que na medida em que o Governo perdeu a capacidade do planejamento, teve amputados os longos e eficientes braços das estatais com os quais atuava desde o programa de reorganização empresarial/planejamento/investimentos do final dos anos 60, monitorado e financiado pelo Banco Mundial; a decomposição da infraestrutura dentro do país foi então mera decorrência. Passou-se então a falar no custo Brasil – em especial na primeira metade dos anos 90, e na privatiza-

ção do setor produtivo estatal como um santo remédio para remover esse gargalo. Mera ilusão, como o futuro evidenciaria. Agora resta recompor a natureza profissional dos quadros técnicos da máquina governamental, recuperar e redirecionar para o verdadeiro objetivo os núcleos de especialistas dos órgãos de assessoramento técnico da administração indireta; e, paralelamente, estimular a academia para programas de pesquisa que aumentem o acervo de diagnósticos setoriais, e mapear fontes de recursos internos e externos para o financiamento de longo prazo nos investimentos na infraestrutura econômica do país, e em serviços básicos da saúde, educação e transportes. Programas paralelos para diagnosticar o nível de atraso tecnológico a que foi levada a indústria nesses vinte anos de primazia do capital financeiro sobre o capital produtivo poderão compor um conjunto infraestrutura/parque produtivo altamente competitivo se câmbio, tributos e juros não atuarem em sentido contrário, aniquilando os ganhos esperados.

MACEDO

Aí entra tanta coisa e vou novamente recorrer a respostas anteriores, pois também dizem respeito ao assunto. Destaco as questões da infraestrutura, já abordadas na resposta à terceira pergunta, mais a carga tributária e o câmbio, também já abordados em questões anteriores. Também precisam ser reexaminadas outras questões pertinentes à maior inserção da nossa economia no contexto mundial, como a necessidade de ampliar acordos comerciais com vários países e blocos e a inserção da nossa indústria e dos serviços nas cadeias produtivas mundiais.

14. CONTAS EXTERNAS

A balança comercial brasileira tem sido tradicionalmente superavitária para fazer frente a uma historicamente deficitária balança de serviços e rendas. Mas nos últimos três anos, a BC passou a apresentar equilíbrio,

que somado ao enorme déficit na balança de serviços e rendas, da ordem de US\$ 80 bilhões, gerou um déficit em transações correntes da mesma dimensão, ainda financiado por investimentos externos diretos. Por outro lado, o país acumulou um

enorme passivo externo, o que resuscitou o risco de vulnerabilidade externa, tão presente na década de 1990, muito embora tal risco seja atenuado pela elevação das reservas internacionais, da ordem de US\$ 380 bilhões.

ECONOMISTAS

A balança de transações correntes fortemente deficitária é um problema a ser corrigido? Que medidas devem ser adotadas para promover maior equilíbrio? Há risco latente de crise nas contas externas do país?

LACERDA

O que torna premente a sua melhora quantitativa e qualitativa é o rápido aumento da vulnerabilidade das contas externas. A nossa história econômica, assim como da maioria dos países, já demonstrou que o crescimento econômico, condição necessária para o desenvolvimento, só se sustenta, no longo prazo, mediante uma sólida posição do Balanço de Pagamentos. Isso é o que permite minimizar os impactos da instabilidade internacional e aumentar o grau de autonomia das políticas econômicas domésticas.

O fato de possuímos hoje maior grau autossuficiência energética relativamente ao passado e contarmos com níveis recordes de reservas cambiais são fatores amenizadores do problema, mas que não eliminam totalmente a exposição frente à volatilidade e instabilidade dos mercados. Assim, a melhora do padrão de de-

envolvimento depende fundamentalmente da superação da vulnerabilidade do Balanço de Pagamentos.

O déficit em conta corrente brasileiro acumulado nos últimos doze meses até março passado atingiu US\$ 81,5 bilhões, o equivalente a 3,6% do PIB. Mais do que o volume absoluto, salta aos olhos o rápido crescimento ao longo dos últimos anos, lembrando que tínhamos uma posição de equilíbrio há pouco mais de seis anos, no auge da demanda chinesa e seus impactos positivos nos preços das commodities, o que, aliado a uma situação cambial mais favorável, nos permitiu gerar superávits comerciais expressivos, compensando o déficit estrutural na conta de serviços e rendas.

Desde então, a diminuição do ritmo de crescimento chinês impactou negativamente os preços e a demanda do complexo agromineral brasileiro, ao mesmo tempo em que a perda de competitividade da manufatura deteriorou a nossa capacidade de geração de resultados comerciais. Em poucos anos passamos de superavitários a deficitários, com destaque para o setor industrial. Embora estejamos longe de um risco imi-

nente de insolvência, o crescimento exponencial do déficit em conta corrente é uma trajetória insustentável.

MUNHOZ

A explosão da economia chinesa, elevando os preços internacionais e abrindo oportunidades para commodities agrícolas e minerais a partir de 2003/2004, foi uma bênção para os produtos brasileiros e para as contas externas do país. O crescimento das exportações de produtos básicos todavia não foi aproveitado pelo Brasil para importações de bens de capital voltados para a modernização do parque industrial. Diferentemente, optou-se pela valorização do câmbio para estimular o aumento do consumo, criando-se uma falsa euforia de melhoria da renda da população, já que, de fato, menos câmbio e combustíveis e energia elétrica mais baratos proporcionam, e apenas temporariamente, o aumento no poder de compra da população; com o que se gastaria com uma camisa brasileira seria possível adquirir duas camisas chinesas.

Essa a ideia falsa do enriquecimento, pois um grupo social de menor renda só pode elevar seus ganhos em caráter permanente numa situa-

ção de rápido crescimento econômico que valorize certas atividades ou profissões; ou se a melhoria de um grupo tenha como contrapartida o recuo das rendas de outro grupo – aumento da parcela de salários paralelamente a um recuo dos rendimentos de juros, por exemplo; ou quando a melhoria da renda tenha como contrapartida uma redução de impostos. Pode-se afirmar que em nenhuma outra hipótese haveria ganhos permanentes sem a existência de perdedores permanentes. E a ex-

plosão dos déficits externos sinaliza que acabou a ilusão. E agora restam políticas que reconduzam o país ao equilíbrio nas transações com o resto do mundo. Rapidamente antes que um novo acordo como FMI, repetindo o programa de ajuste externo de 1983, ressurgja como a única alternativa para crises ainda mais profundas e duradouras.

MACEDO

É um sério problema, pois envolve um risco latente, e não se pode ficar contando para sempre com

as reservas que o país acumulou, e que continuam a servir de argumento para deixar de enfrentá-lo. Se o agravamento continuar, esse déficit poderá não se sustentar, mesmo com essas reservas, e sobreviria uma detestável crise cambial, como as de triste memória no passado. Quanto às medidas, já falei do câmbio, da carga tributária, da infraestrutura e de outras medidas voltadas para uma maior inserção do Brasil na economia mundial, mas posso me estender neste último aspecto.

15. INSERÇÃO NA ECONOMIA MUNDIAL

O país nos últimos anos tem priorizado as relações comerciais e políticas com os países do Hemisfério Sul, em particular com o Mercosul, a Unasul, o continente africano e os BRICS. Alguns

economistas têm criticado esta opção, defendendo a retomada de relações preferenciais com os países ricos da OCDE (EUA, Europa e Japão). Há também críticas ao apoio governamental às chamadas multinacionais verde-

-amarelas, grandes empresas brasileiras que disputam o papel de players no mercado mundial, caos da JBS, Marfrig e BRF, no setor de carnes e de Odebrecht, Camargo Correia e Andrade Gutierrez, na área de infraestrutura.

ECONOMISTAS

O Governo deve priorizar as relações com que grupos de países? O Governo deve manter, ampliar ou retirar apoio às chamadas multinacionais verde-amarelas?

LACERDA

Qualificar a inserção internacional do Brasil se coloca dentre os principais desafios futuros. Há uma clara desproporção entre o posto que ocupa de sétima maior economia mundial, pelo critério de Produto Interno Bruto (PIB), o quinto no ranking dos maiores receptores de investimentos diretos estrangeiros e apenas o vigésimo segundo

exportador, o que nos dá uma dimensão da magnitude do descompasso.

O tema em si não é novo. Nas últimas duas décadas nossa participação nas exportações mundiais gira ao redor de apenas 1%, em um longo processo de estagnação.

A resolução da questão passa necessariamente por uma estratégia de desenvolvimento que leve em conta uma melhor inserção internacional e fortalecer o papel que devemos e podemos ter na configuração global:

- construir um escopo de políticas de Estado, para além das políticas de

governo, de incentivos estáveis e perenes de estímulo à produção local, inovação e exportação;

- rever a estratégia de privilegiar as relações comerciais prioritariamente com países sul-americanos e africanos;

- negociar acordos comerciais com grandes mercados (EUA, UE, Ásia, etc) que possam nos proporcionar maior acesso a relevantes cadeias globais de valor;

- estabelecer e apoiar a internacionalização das empresas brasileiras para torná-las elementos de apoio às vendas externas, fortalecimento

de marcas e posição nos mercados;

- aproveitar mais consistentemente a excelente base de empresas transnacionais aqui instaladas para estimulá-las a desenvolver maior valor agregado local, inovações, ampliar e qualificar as exportações;

- para atingir os objetivos anteriores se faz necessário atacar nossa agenda de competitividade, tanto sistêmica quanto empresarial e garantir condições minimamente isonômicas de financiamento, tributação, assim como demais fatores;

- por último, mas não menos importante, implementar uma política cambial que leve em conta objetivos de longo prazo, desvinculando-lhe do caráter distorcido de âncora da política de estabilização de curtíssimo prazo, prática recorrentemente vigente nas últimas três décadas.

MUNHOZ

Nas transações com o resto do mundo existem dois grupos de parceiros: os países com os quais se detém laços históricos de relacionamento, e frente aos quais se possa adotar posturas menos racionais e mais emotivas; e países com os quais existam, ou possam ser desenvolvidas relações comerciais significativas para a economia do país e importantes para o crescimento econômico.

- A situação brasileira, de grande e crescente endividamento externo, se agrava pela manutenção de elevados níveis de reservas internacionais não geradas por superávits de balanço de pagamentos, mas sim de custosos empréstimos externos mantidos no exterior em depósitos bancários ou

na aquisição de títulos do governo americano ou do FMI. Nesse quadro é fundamental o país recuperar a competitividade externa a fim de reconquistar mercados perdidos com os tempos de aventura cambial. E, preservados os laços com a Argentina e outros países da América Latina, a Europa e os Estados Unidos, mesmo envolvidos na crise que desde o subprime afeta a economia mundial, devem ser vistos com prioridade.

- A conjunto de parceiros do núcleo de Brics é importante para o país em termos de comércio. Mas o grande motor dos últimos dez anos – a economia chinesa – deve ser visto com cautela, porque o Brasil exporta para lá fundamentalmente três produtos – soja, minério de ferro e petróleo – enquanto em contrapartida permite a invasão de manufaturas chinesas. Além do que a economia chinesa tende a retornar a taxas de crescimento não muito diferentes das grandes economias ocidentais, uma vez que já ultrapassou na última década a fase de recuperação do atraso tecnológico na produção industrial. E se tivemos o bônus do dragão chinês na década passada, agora vem a etapa do ônus, antevista com o recuo nos preços das commodities; o que para o Brasil envolve o risco de desestruturação da economia agrícola, provocando, no setor, os mesmos efeitos mortíferos que o câmbio provocou na área industrial.

- Teria chegado o momento, portanto, de repensar-se tudo o que foi feito nos últimos vinte anos; e em especial nos desacertos da política econômica, voltada que esteve para

a sustentação de estruturas propícias ao capital financeiro da pior espécie; enquanto no setor produtivo os estímulos ao consumo dependiam de financiamentos impagáveis, e se lastreavam na concorrência predatória de produtos estrangeiros.

MACEDO

Também integro o grupo dos críticos. O caso do Mercosul e seus tropeços é tão frustrante que entendo ser cabível um abandono ou desidratação de sua “importância estratégica”. No momento nossa prioridade deve ser uma retomada dos mercados mais importantes e um aprofundamento das relações com a China, inclusive para atraí-la como investidora em projetos de concessões e PPPs, dada a sua disponibilidade de capital e reconhecida competência em obras de infraestrutura. Sou a favor de incentivos aos exportadores, mas de forma horizontal, sem “convocação de selecionados”, e com cobrança de desempenho de todos. É preciso também que as muitas multinacionais estrangeiras presentes no país sejam instadas a um esforço exportador maior, pois, para competir externamente, é preciso integrar a produção brasileira em cadeias produtivas globalizadas, algumas delas dominadas por essas empresas. Nada disso deve implicar em negligência do comércio com nossos vizinhos, mas sem os constrangimentos que alguns desses países impõem ao Brasil. Nosso país tem PIB, território e população muito maiores e não pode dispensar um forte relacionamento com outros de grande dimensão econômica.

RAZÕES DA CONCENTRAÇÃO DO SETOR FINANCEIRO NO BRASIL E AS PERSPECTIVAS PARA O DF

Contribuição para o debate sobre a necessária diversificação da estrutura produtiva do Distrito Federal e suas limitações

O setor financeiro é um importante segmento em toda e qualquer economia capitalista, estando presente no apoio a diversos setores da atividade econômica. No Brasil, o setor financeiro envolve centenas de instituições bancárias, seguradoras, corretoras, de previdência privada; representa cerca de 7,2% do PIB total e emprega quase 1 milhão de trabalhadores.

Diferentemente das demais economias capitalistas emergentes, o Brasil tem, entre suas principais instituições financeiras, portentosas instituições públicas, com destaque para o Banco do Brasil (BB), a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Possui também duas grandes instituições financeiras privadas, de capital nacional, que se situam entre as maiores do mundo em termos de ativos: os bancos Itaú e Bradesco.

No caso do Distrito Federal, o setor financeiro tem um peso expressivo, tendo representado em 2012 (último dado disponível) 10,0% do PIB. Tal participação, acima da média nacional do setor (7,2%), decorre do fato de Bra-

sília sediar dois grandes bancos públicos, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, sendo aqui realizadas uma gama de atividades que, necessariamente, não expressam a atividade econômica desenvolvida localmente.

Deve-se registrar a presença no DF do Banco Central do Brasil, autarquia federal vinculada ao Ministério da Fazenda, que tem por finalidade a formulação, a execução, o acompanhamento e o controle das políticas monetária, cambial, de crédito e de relações financeiras com o exterior; a organização, disciplina e fiscalização do Sistema Financeiro Nacional; a gestão do Sistema de Pagamentos Brasileiro e dos serviços do meio circulante.

Deve-se registrar, ainda, que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), empresa pública federal, embora esteja sediado no Rio de Janeiro, tem sua segunda principal representação em Brasília. Trata-se do principal instrumento de financiamento de longo prazo para a realização de investimentos em todos os segmentos da economia, em uma política que inclui as dimensões social, regional e ambiental.

Debate-se hoje em Brasília a necessidade de diversificar a estrutura produtiva, de forma a depender menos da participação excessiva do setor público em nossa economia (55,2% do PIB em 2012). Neste debate, em que a ampliação do parque industrial revela-se estratégica (a indústria de transformação e mineral representou apenas 1,5% do PIB local, enquanto a média nacional é de 17,3%), a expansão da atividade de intermediação financeira no Distrito Federal pode ser um importante elemento nesse esforço de ampliar a base produtiva.

Tal possibilidade, contudo, deve ser analisada em todos os seus detalhes, em virtude das rigorosas condições que uma cidade deve atender para exercer a função de centro financeiro. A pergunta inicial que deve ser feita é se Brasília atende ou pode vir a atender, no médio prazo, tais condições, vindo a tornar-se um importante centro financeiro do Brasil e da América do Sul.

Um estado, região ou cidade desenvolver-se como grande centro financeiro não decorre de seu desejo, mas de atender algumas premissas objetivas.

JULIO MIRAGAYA

Conselheiro do Conselho Federal de Economia - Cofecon e Presidente da Companhia de Planejamento do Distrito Federal – Codeplan. É Economista, Doutor em Desenvolvimento Econômico Sustentável pelo CDS da Universidade de Brasília (UnB), Mestre em Gestão Territorial pelo Departamento de Geografia da Universidade de Brasília e tem especialização em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. É ainda Diretor Científico da Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística - Anipes.



1. PREMISSAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE UM CENTRO FINANCEIRO NUMA CIDADE OU REGIÃO

São essencialmente quatro as premissas para uma cidade exercer a condição de importante centro financeiro nacional

e/ou internacional: ser importante centro econômico/industrial do país; ser sede das principais instituições financeiras (em escala internacio-

nal); possuir uma bolsa de valores que reflita a pujança do mercado de capitais e ser sede das principais corporações do país.

1.1 DESEMPENHAR AS FUNÇÕES DE CENTRO ECONÔMICO E INDUSTRIAL

Em relação à primeira premissa, o Quadro 1 apresenta a relação dos principais centros financeiros do mundo, segundo três conceituadas fontes. Observa-se que, entre os quinze principais centros financeiros mundiais, nove cidades são também os principais centros econômicos/industriais de seus respectivos países, outras quatro são o 2º ou 3º maiores polos econômicos e

duas ostentam status especial (Hong Kong e Cingapura).

Não há, contudo, uma relação automática entre a condição de importante polo econômico e de centro financeiro. Na Alemanha, por exemplo, Dusseldorf, Dortmund e Stuttgart são importantes centros econômicos e industriais, mas não se desenvolveram como

centros financeiros de primeira linha.

Deve-se ressaltar que seis entre os quinze principais centros financeiros do mundo são capitais nacionais de seus respectivos países (Londres, Tokyo, Paris, Seul, Cingapura e Amsterdam), mas sua inclusão na relação se dá não pela condição de capital, mas de maior centro econômico.

QUADRO 1: PRINCIPAIS CENTROS FINANCEIROS DO MUNDO

Cidades	País	Z/Yen Group	Dow Jones	MasteCard	Status da cidade no país	Capital do país
Londres	R. Unido	1º	2º	1º	Principal centro econômico	
Nova York	EUA	2º	1º	2º	Principal centro econômico	Sim
Hong Kong	China	3º	4º	5º	Zona especial	
Cingapura	Cingapura	4º	5º	6º	Cidade-estado	
Shangai	China	5º	6º	-	Principal centro econômico	Sim
Tokyo	Japão	6º	3º	3º	Principal centro econômico	
Chicago	EUA	7º	-	4º	3º maior centro econômico	Sim
Zurich	Suíça	8º	-	-	Principal centro econômico	
Genebra	Suíça	9º	-	-	2º maior centro econômico	
Sidney	Austrália	10º	-	-	Principal centro econômico	
Frankfurt	Alemanha	-	8º	7º	3º maior centro econômico	
Paris	França	-	7º	8º	Principal centro econômico	
Seul	Coréia	-	9º	9º	Principal centro econômico	Sim
Amsterdam	Holanda	-	10º	-	Principal centro econômico	Sim
Los Angeles	EUA	-	-	10º	2º maior centro econômico	Sim
Outros centros financeiros de destaque						
Milão	Itália				Principal centro econômico	
São Paulo	Brasil				Principal centro econômico	
Madri	Espanha				Principal centro econômico	Sim
Toronto	Canadá				Principal centro econômico	
Moscou	Rússia				Principal centro econômico	Sim
Bombaim	Índia				Principal centro econômico	
Istambul	Turquia				Principal centro econômico	

Fonte: Z/Yen Group; Dow Jones e MasterCard

Deve ser também destacado que, em geral, há uma tendência de subsistir apenas um único centro financeiro importante em cada país, em função da extrema especialização da atividade.

As exceções são os Estados Unidos, com três importantes centros financeiros (Nova York, Chicago e Los Angeles) e a China (Xangai e Hong Kong), em parte pela grande dimensão de suas

economias (as duas maiores do mundo) e, no caso dos EUA, por possuírem doze bancos centrais regionais e, no caso da China, pela condição de zona especial de Hong Kong.

1.2 SEDIAR IMPORTANTE BOLSA DE VALORES

Para alcançar a condição de centro financeiro, uma cidade deve possuir bolsa de valores de primeira grandeza. O Quadro 2 apresenta as sedes das principais bolsas de valores mundiais

em termos de movimentação financeira e valor de mercado. Observa-se que a localização das principais bolsas coincide com a dos principais centros financeiros e econômicos dos

respectivos países. Não foram obtidos os dados relativos a outras importantes bolsas de valores globais, como as de Zurich, Milão, Cingapura e de Paris-Bruxelas-Amsterdã.

QUADRO 2: PRINCIPAIS BOLSAS DE VALORES DO MUNDO

Nº	Cidade	Bolsa	Valor transacionado (US\$ bilhões)	Capitalização (US\$ bilhões)	Valor de mercado (US\$ bilhões)
1º	New York	New York Stock Exchange (NYSE)	20.161	14.242	17.919
2º	New York	NASDAQ OMX	13.552	4.687	5.200
3º	Tokyo	Tokyo Stock Exchange	3.972	3.325	-
4º	Shangai	Shangai Stock Exchange	3.658	2.357	-
5º	Londres	Londres Stock Exchange	2.871	3.266	9.408
6º	Frankfurt	Deutsche Borse	1.758	1.185	34.383
7º	Toronto	Toronto Stock Exchange	1.542	1.912	-
8º	Hong Kong	Hong Kong Stock Exchange	1.447	2.258	21.624
9º	Sidney	Australian Securities Exchange	1.197	1.198	6.617
10º	São Paulo	BM&F Bovespa	931	1.229	20.340
11º	Chicago	CME	nd	nd	27.767

Fonte: World Stock-exchanges.net

Em alguns casos, as grandes bolsas têm alcance regional, inibindo as bolsas localizadas em outras praças. É o caso, por exemplo, de São Paulo, destaque absoluto na América do Sul, tendo inibido fortemente a bolsa de Buenos Aires, ou a bolsa de Johannesburg, da África do Sul, destaque absoluto em toda a África meridional, assim como a de Istambul, na Turquia, predominante no Oriente Médio.

Dessa forma, é forte e crescente a concentração das atividades relativas à bolsa de valores num número restrito de cidades em um mesmo país, em

geral num único centro urbano. No caso do Brasil, por exemplo, todas as principais bolsas regionais que ainda subsistiam até o início da década passada foram extintas e suas atividades incorporadas à Bovespa, de São Paulo, atual BM&FBovespa, conforme mostra o Quadro 3.

No caso específico de Brasília, a bolsa existente era a Bolsa de Valores Minas-Espírito Santo-Brasília (BOVMESB). Fundada oficialmente em 29 de Setembro de 1914 como Bolsa de Fundos Públicos de Minas Gerais, funcionou ininterruptamente desde 27

de Junho de 1947, mas em maio de 1948 adotou a denominação de Bolsa de Valores de Minas Gerais. Em 1974, com a sua fusão com a Bolsa de Valores do Espírito Santo, passou a denominar-se Bolsa de Valores Minas-Espírito Santo, alterada novamente em 1976, com a fusão com a Bolsa de Valores de Brasília, passando, desde então, a denominar-se Bolsa de Valores Minas-Espírito Santo-Brasília (BOVMESB). A fusão com a Bolsa de Brasília permitiu à BOVMESB englobar também os estados de Goiás, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Tocantins.

QUADRO 3: SITUAÇÃO ATUAL DAS BOLSAS DE VALORES EXISTENTES NO BRASIL EM 1990

Cidade	Estado	Situação
São Paulo	SP	Bovespa, atual BM&F - 8ª maior do mundo
Rio de Janeiro	RJ	Fechada e incorporada à Bovespa em 2000/01
Belo Horizonte	MG	Fechada e incorporada à Bovespa em 2000/01
Porto Alegre	RS	Fechada e incorporada à Bovespa em 2000/01
Recife	PE	Fechada e incorporada à Bovespa em 2000/01
Salvador	BA	Fechada e incorporada à Bovespa em 2000/01
Curitiba	PR	Fechada e incorporada à Bovespa em 2000/01

Fonte: BM&F

1.3 SEDIAR GRANDES INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS E FINANCEIRAS

Uma das condições indispensáveis a ser atendida para uma cidade constituir-se em importante centro financeiro é ser sede das principais instituições bancárias e financeiras do país. O Quadro 4 revela, no Brasil, uma excepcional concentração destas instituições em São Paulo: dos 100 maiores bancos do país, nada menos que 60 têm sede em São Paulo, assim como 30 das

50 maiores seguradoras e 20 das 50 maiores empresas de previdência privada abertas. Fica evidenciada a preferência das instituições financeiras em operarem na maior praça financeira do país.

A segunda praça mais importante, o Rio de Janeiro, sedia 11 entre os 100 maiores bancos e um número expressivo de seguradoras e de empresas de previdência privada. Num

patamar abaixo, aparecem as praças de Belo Horizonte (MG), Porto Alegre (RS) e Curitiba (PR).

Somadas as instituições sediadas nas capitais desses cinco estados - que constituem as cinco maiores economias do país e respondiam por 65% do Produto Interno Bruto nacional em 2010 - totalizavam nada menos que 90,5% das 200 principais instituições financeiras do país.

QUADRO 4: LOCALIZAÇÃO DAS SEDES DOS 100 MAIORES BANCOS, DAS 50 MAIORES SEGURADORAS E DAS 50 MAIORES EMPRESAS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA DO BRASIL: 2010

UF	Bancos	Seguradoras	Previdência Privada	Instituições Financeiras	Total (%)
São Paulo	60	30	20	110	55,0
Rio de Janeiro	11	10	13	34	17,0
Minas Gerais	8	1	4	13	6,5
Rio Grande do Sul	6	2	9	17	8,5
Paraná	4	2	1	7	3,5
Distrito Federal	4	1	2	7	3,5
Demais UFs	7	4	1	12	6,0
Total	100	50	50	200	100,0

Fonte: Valor Econômico – 1000 Maiores Empresas – 2010

Brasília tem reduzida participação na relação das sedes dos 100 maiores bancos do país, sendo a sede de apenas quatro instituições bancárias, incluindo os dois grandes bancos

públicos (Banco do Brasil e Caixa), respectivamente primeiro e quinto no ranking nacional, e dois pequenos bancos, um distrital (BRB) e um banco de cooperativa (Bancoob),

ocupando a 35ª e 36ª posição, respectivamente, no ranking dos 100 principais bancos do país.

Brasília não sedia nenhum banco privado, seja de capital nacional ou

estrangeiro. É sede de apenas uma seguradora (Caixa Seguros) e duas empresas de previdência privada (Caixa Vida e Previdência e a ARC), conforme o Quadro 5.

Deve-se enfatizar ainda que, embora o Banco do Brasil e a Caixa tenham sua sede em Brasília, tal fato decorre de sua condição de Capital da República, pois a maior parte

das operações financeiras de ambos são realizadas em São Paulo e, secundariamente, no Rio de Janeiro, Minas Gerais e nos três estados da Região Sul.

QUADRO 5: BANCOS COM SEDE NO DF ENTRE OS 100 MAIORES DO BRASIL: 2010

Banco	Ranking	Origem do capital	Ativos (R\$ milhões)
Banco do Brasil	1º	Estatal - União	708.548
Caixa	5º	Estatal - União	341.832
Bancoob	35º	Cooperativa	6.802
BRB	36º	Estatal - GDF	6.612

Fonte: World Stock-exchanges.net

1.4 SEDIAR GRANDES GRUPOS EMPRESARIAIS

Por fim, outra importante premissa para uma cidade desenvolver-se como importante centro financeiro é sediar grandes grupos empresariais.

A diminuta participação de Brasília na relação das principais instituições bancárias reflete sua pequena dimensão econômica, expressa na pequena

participação na relação dos 200 principais grupos econômicos e na relação das 1000 maiores empresas do país (Quadro 6).

QUADRO 6: SEDES DOS 200 MAIORES GRUPOS E DAS 1.000 MAIORES EMPRESAS DO BRASIL: 2010

UF	200 Maiores Grupos		1.000 Maiores Empresas	
	Número	(%)	Número	(%)
São Paulo	112	56,0	418	41,8
Rio de Janeiro	25	12,5	102	10,2
Minas Gerais	17	8,5	94	9,4
Rio Grande do Sul	15	7,5	87	8,7
Paraná	9	4,5	71	7,1
Santa Catarina	5	2,5	39	3,9
Espírito Santo	3	1,5	25	2,5
Bahia	1	0,5	24	2,4
Distrito Federal	5	2,5	23	2,3
Goiás	2	1,0	22	2,2
Pernambuco	-	-	20	2,0
Amazonas	-	-	18	1,8
Ceará	2	1,0	15	1,5
Demais UFs	4	2,0	42	4,2
Total	200	100,0	1.000	100,0

Fonte: Valor Econômico – 1000 Maiores Empresas – 2010

Também neste caso, há uma excepcional concentração em São Paulo, sede de 56% dos 200 maiores grupos econômicos e de 42% das 1.000 maiores empresas. Também neste

caso, aparecem em patamar imediatamente abaixo os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná. No conjunto, as cinco maiores economias do país se-

diam 89% dos 200 maiores grupos econômicos e 77% das 1.000 maiores empresas.

Brasília aparece numa posição modesta, abaixo de estados como Santa

Catarina, Espírito Santo e Bahia e pouco acima de Pernambuco, Amazonas e Ceará.

Os grandes grupos sediados em

Brasília (Quadro 7) com destaque nacional são precisamente os dois gigantes estatais das finanças (Banco do Brasil e Caixa). Secun-

dariamente aparecem a Caixa Seguros, o BRB (banco estatal distrital) e a CEB, estatal distrital da área de energia.

QUADRO 7: GRANDES GRUPOS COM SEDE NO DISTRITO FEDERAL ENTRE OS 200 MAIORES NO BRASIL

Grupo	Ranking	Origem do capital	Receita Bruta (R\$ milhões)
Banco do Brasil	4º	Estatal - União	96.798
Caixa	8º	Estatal - União	48.671
Caixa Seguros	69º	Estrangeiro	5.914
CEB	148º	Estatal - GDF	1.658
BRB	152º	Estatal - GDF	1.613

Fonte: Valor Econômico – 200 Maiores Grupos - 2010

As empresas aqui sediadas na relação das 1.000 maiores do país somam 23, sendo que as principais, e também a

maioria (13), são empresas estatais, sendo 11 do governo federal (Correios, Itaipu, Eletronorte, Infraero, Embrapa, Casa

da Moeda, Serpro, Pioneiras Sociais, Dataprev, Codevasf e CPRM) e duas do GDF (CEB e CAESB) (Quadro 8).

QUADRO 8: EMPRESAS COM SEDE NO DISTRITO FEDERAL ENTRE AS 1000 MAIORES DO BRASIL: 2010

Empresa	Ranking	Origem do capital	Receita Líquida (R\$ milhões)
Correios	20º	Estatal - União	10.974
BRT	26º	Privado, incorporada à Oi (RJ)	-
Itaipu Binacional	34º	Estatal União	6.953
Eletronorte	75º	Estatal - União	3.434
Infraero	116º	Estatal - União	2.466
Americel	117º	Privado, incorporada à Claro (SP)	-
BRT Móvel	154º	Privado, incorporada à Oi (RJ)	-
Embrapa	181º	Estatal - União	1.604
Casa da Moeda	192º	Estatal - União	1.487
Serpro	200º	Estatal - União	1.442
CEB	279º	Estatal - GDF	1.026
CAESB	348º	Estatal - GDF	785
Pioneiras Sociais	468º	Estatal - União	581
CTIS	473º	Privado	574
Dataprev	478º	Estatal - União	572
Via Engenharia	493º	Privado	550
Codevasf	587º	Estatal - União	435
Disbrave	651º	Privado	385
Jorlan	669º	Privado	378
Politec	723º	Privado	347
Brasal Refri	753º	Privado	335
CPRM	861º	Estatal - União	277
Autotrac	966º	Privado	242

Fonte: Valor Econômico – 1000 Maiores Empresas – 2010

As de capital privado são apenas sete (CTIS, Via Engenharia, Disbrave, Jorlan, Politec, Brasal Refri e Autotrac), predominando os setores de informática e revenda de automóveis. Brasília

sediava três grandes empresas privadas da área de telefonia, mas que foram recém incorporadas a empresas sediadas no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Observa-se que o Distrito Federal

não teve nenhuma de suas empresas privadas entre as 400 principais do país, a primeira aparecendo na 473ª posição, evidenciando a debilidade do setor privado na Capital da República.

2. AS OPORTUNIDADES

Diante das restrições às possibilidades de desenvolvimento do setor de interme-

dição financeira no Distrito Federal, pode-se identificar, dois nichos que apresentam maior viabilidade: ope-

rações com commodities agrícolas e previdência complementar.

2.1 OPERAÇÕES COM COMMODITIES AGRÍCOLAS

O Brasil destaca-se como um dos países líderes na produção agropecuária mundial, com uma produção não apenas suficiente para atender a demanda de um mercado de quase 200 milhões de pessoas, mas para alçá-lo à condição de segundo maior exportador de produtos agrícolas do mundo.

Atualmente, o Brasil é líder na exportação mundial do complexo soja (grãos e derivados), carne bovina, aves, açúcar e café; segundo na exportação de milho e etanol e quarto na de algodão em pluma e carne suína. Em 2013, as exportações dos produtos do agronegócio (incluindo madeira e celulose) deverão superar a marca de US\$ 100 bilhões, representando mais de 40% das exportações do país.

A região Centro-Oeste destaca-se como a maior área produtora dos principais produtos agrícolas de exportação, com destaque para soja, milho, algodão e carne bovina.

O centro mundial de operações no mercado futuro das commodities agrícolas é Chicago, nos EUA. Os benefí-

cios gerados para a cidade são inegáveis, assim como o são para Londres, centro mundial de operações no mercado futuro das commodities minerais.

Tomadas em conjunto, as exportações dos países que compõem o Mercosul, especialmente do Brasil e Argentina, superam amplamente as realizadas pelos EUA, principal exportador mundial de produtos agrícolas.

Já há efetivamente condições objetivas para que se consolide na América do Sul um centro mundial de operações de commodities agrícolas

Dessa forma, já há efetivamente condições objetivas para que se consolide na América do Sul um centro mundial de operações de commodities agrícolas, e que se localizem no maior produtor regional, o Brasil. Atualmen-

te, essas operações estão concentradas na Bolsa de Mercadorias e Futuro (BM&FBovespa) em São Paulo. No primeiro semestre de 2013, foram negociados 931.843 contratos, com movimentação financeira de R\$ 9,6 bilhões (Valor Econômico, 3/7/2013).

Nos EUA as operações com commodities agrícolas não são realizadas na Bolsa de Nova York, principal praça financeira do país, mas em Chicago, polo da principal região agrícola norte-americana, o Meio Oeste. Dessa forma, é factível que as operações no Brasil também se localizem na principal região agrícola do país, atualmente a região Centro-Oeste e que, neste caso, Brasília reivindique sediar este centro.

Segundo a pesquisa Regiões de Influência das Cidades (REGIC), realizada pelo IBGE em 2007, Brasília é o polo regional de uma ampla região de base agrícola, composta por 107 municípios goianos, mineiros, tocantinenses e baianos.

Dentre os 50 municípios brasileiros com maior valor adicionado bruto da

agropecuária, nada menos que oito encontram-se situados na Região geoeconômica de Brasília: Cristalina e Luziânia, em Goiás; Unai e Paracatu, em Minas Gerais; São Desidério, Barreiras e Formosa do rio Preto, na Bahia, além do próprio município de Brasília.

As principais lavouras temporárias e permanentes ocuparam em 2011 área superior a 2,9 milhões de hectares, com produção de grãos acima

de 10,6 milhões de toneladas, com destaque para a produção de soja, com 5,3 milhões de toneladas; milho, com 3,06 milhões de toneladas e algodão em caroço, com 1,61 milhão de toneladas. O valor bruto da produção agrícola foi em 2011 de cerca de R\$ 9,4 bilhões.

Em relação à pecuária, o destaque maior fica com o rebanho bovino, que totalizava 6,52 milhões de cabeças em 2011, corresponden-

te a 3,06% do rebanho nacional. O plantel suíno, com 637 mil cabeças, equivalia a 1,62% do total nacional. Já o setor avícola para corte (galos, frangas, frangos, pintos e galinhas), com 10,68 milhões de cabeças, representava apenas 1,02% do efetivo nacional, ao passo que as aves poedeiras (galinhas), com 3,34 milhões de cabeças, representavam 1,54% do total do país.

2.2 O SETOR DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR FECHADA

Brasília, por ser sede de importantes empresas públicas, sedia também alguns dos principais fundos de previdência complementar fechada existentes no país.

O Quadro 9 apresenta a localização das sedes dos 100 principais fundos e o Quadro 10 os sediados em Brasília. Observa-se que Brasília sedia 12 desses fundos e responde por 17,3%

dos ativos totais, ou seja, 97,4 bilhões de reais.

Por ser a sede de importantes empresas estatais, há expressivo potencial para uma atuação voltada à consolidação desses fundos em Brasília e, principalmente, para que se implemente uma ação estratégica voltada para a realização de investimentos sediados na Capital.



QUADRO 9: SEDES DOS 100 MAIORES FUNDOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR FECHADA DO PAÍS

UF	Fundos		Ativo (R\$ milhões)	
	Nº	(%)	(R\$ milhões)	(%)
RJ	19	19,0	284.496	50,5
SP	43	43,0	115.319	20,5
DF	12	11,0	97.447	17,3
PR	6	6,0	18.630	3,3
MG	3	3,0	12.471	2,2
RS	4	4,0	12.177	2,2
OUTROS	13	13,0	22.331	4,0
BRASIL	100	100,0	562.872	100,0

Fonte: ABRAPP

QUADRO 10: RELAÇÃO DOS FUNDOS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA FECHADA DO PAÍS SEDIADOS EM BRASÍLIA, ENTRE OS 100 PRINCIPAIS DO PAÍS, SEGUNDO ATIVOS TOTAIS E NÚMERO DE PARTICIPANTES

Nº	FUNDO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA FECHADA	NOME	INSTITUIDOR	UF	ATIVOS TOTAIS (R\$ mil)	NÚMERO DE PARTICIPANTES
3º	FUNCEF	Fundação dos Economizários Federais	CEF	DF	52.000.000	83.297
6º	SISTEL	Fundação SISTEL de Seguridade Social	SISTEL	DF	15.266.869	1.854
10º	CENTRUS	Fundação Banco Central de Previdência Privada	BACEN	DF	8.686.748	104
13º	POSTALIS	Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos	CORREIOS	DF	6.855.998	109.821
25º	CERES	CERES Fundação de Seguridade Social	EMBRAPA	DF	3.578.330	11.833
27º	SERPROS	SERPROS	SERPROS	DF	3.410.721	8.385
43º	GEAP	Fundação de Seguridade Social	ANS	DF	1.916.552	64.259
46º	PREVINORTE	Previdência Eletrobrás Norte	Eletrobrás	DF	1.878.984	5.949
65º	REGIUS	REGIUS	BRB	DF	1.224.584	802
83º	FIPECQ	Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA	FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INP	DF	918.000	2.186
86º	SARAH PREVIDENCIA	Fundo de Pensão dos Empregados da Associação das Pioneiras Sociais	Rede SARAH	DF	861.413	4.599
87º	FACEB	Fundação de Previdência dos Empregados da CEB	CEB	DF	849.445	934

Fonte: ABRAPP

CONCLUSÃO

A análise das questões mencionadas nos leva a concluir pela dificuldade de ampliar de forma substantiva a participação do setor financeiro na economia local, assim como viabilizar no curto prazo o desenvolvimento de Brasília como destacado centro financeiro. Tal situação decorre do fato da Capital não apresentar atualmente as condições necessárias para operar como tal: ser importante centro econômico/industrial; ser sede das principais instituições financeiras do país (e internacionais); possuir uma bolsa de valores que reflita a pujança do mercado de capitais e ser sede das principais corporações e empresas do país. Desenvolver essas

condições demandaria alguns anos de esforço concentrado.

Com uma economia fortemente dependente do setor público (55,2% do PIB) e apresentando um setor privado bastante frágil, a demanda por serviços financeiros em Brasília concentra-se nas famílias e, secundariamente, nas empresas. Para poder operar como centro financeiro, ainda que de segunda linha, o Distrito Federal deveria antes constituir uma estrutura econômica mais diversificada, atraindo relevantes empreendimentos industriais e do setor terciário, que demandassem relevantes operações financeiras, base para

a atração de instituições financeiras.

Devem ainda ser melhor definidos os usos-chave de natureza financeira, comercial, institucional e de serviços terciários, ou seja, uma maior precisão quanto às características dos serviços financeiros que seriam ofertados e ao perfil do Distrito Financeiro.

Por todo o exposto, as possibilidades de se desenvolver o setor financeiro em Brasília, pelo menos no curto prazo, não são as mais promissoras. As oportunidades estão, contudo, presentes em dois nichos (previdência complementar e comercialização de commodities agrícolas) e deve-se buscar incrementá-las.

DESAFIOS E DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA AMAZÔNIA

INTRODUÇÃO: AMAZÔNIA, UMA VISÃO SINTÉTICA

Em tempos de aquecimento global, crises climáticas, pleno desenvolvimento da bioeconomia e aumento da consciência mundial pela sustentabilidade ambiental, a Amazônia encontra-se no centro dos interesses internacionais; entretanto, de forma paradoxal, na periferia dos interesses estratégicos da nação brasileira. O país, em que pese ter delegado um papel federativo à região, retarda em alinhar um projeto para a Amazônia. Em paralelo – ao mesmo tempo em que observam o debate exógeno

que estigmatiza a região sob duas visões fundamentalistas: a visão do “almoxarifado” e a defesa do “santuário intocado” –, os amazônidas ainda não conseguiram assumir o protagonismo do processo para, de forma endógena, determinar uma trajetória alternativa como sociedade, restringindo-se apenas ao cumprimento, com extrema maestria, do papel secundário e complementar delegado.

Esta Amazônia, região mística e midiática – conformada por nove estados

a partir de um processo de formação histórica, econômica e social: Acre, Amazonas, Amapá, Mato Grosso, Maranhão, Pará, Tocantins, Rondônia e Roraima –, ao passo em que segue cantada em versos, prosas, crônicas e poesias, representa nos palcos da federação uma tragédia previamente anunciada. Em que pese possuir 59% do território nacional, tem em relação ao Brasil apenas 7,39% do PIB, 56% do PIB per capita, 13,36% da população e 14,52% dos municípios¹.

1. De acordo com dados do IBGE para o ano de 2010, a região possuía um PIB de R\$ 306 bilhões, uma população de 25,4 milhões de habitantes espargida nos seus 5.088.980,52 km², divididos em 808 municípios, e um PIB per capita de apenas R\$ 12 mil.

**EDUARDO JOSÉ MONTEIRO
DA COSTA**

Doutor em Economia pela Unicamp,
professor da UFPA e membro do
Conselho Federal de Economia
(COFECON).
Correio eletrônico: ejmcosta@gmail.com



TABELA 1 - ÁREA TERRITORIAL, POPULAÇÃO, DENSIDADE DEMOGRÁFICA E IDH-M DOS ESTADOS DA AMAZÔNIA LEGAL

ESTADO	Número de Municípios	Área Territorial (Km ²) ⁽¹⁾	Participação Percentual da Área Total da Amazônia Legal (%)	População 2010 (hab.) ⁽²⁾	Participação Percentual da População Total da Amazônia Legal (%)	Densidade Demográfica 2010 (hab./km ²) ⁽³⁾
ACRE	22	164.123,04	3,225	733.559	2,88	4,47
AMAPÁ	16	142.828,52	2,81	669.526	2,63	4,69
AMAZONAS	62	1.559.159,15	30,63	3.483.985	13,68	2,23
MARANHÃO	217	331.937,45	6,54	6.574.789	25,81	19,81
MATO GROSSO	141	903.366,19	17,75	3.035.122	11,91	3,36
PARÁ	144	1.247.954,67	24,5	7.581.051	29,76	6,07
RONDÔNIA	52	237.590,55	4,67	1.562.409	6,13	6,58
RORAIMA	15	224.300,51	4,42	450.479	1,77	2,01
TOCANTINS	139	277.720,52	5,46	1.383.445	5,43	4,98
AMAZÔNIA LEGAL	808	5.088.980,59	100	25.474.365	100	5,01

Fonte: (1) IBGE, 2010; (2) IBGE, 2010; (3) IBGE, 2010;

A sua vastidão territorial, ao mesmo tempo em que lhe confere riquezas naturais ímpares, portanto, “janelas de oportunidades”, oferece, por outro lado, peculiaridades e entraves ao seu processo de desenvolvimento, sobretudo de natureza infraestrutural. Ademais, em termos econômicos, como contraponto ao senso comum, é fundamental salientar que não existe uma única “Amazônia”. A região – que possui como principais atividades econômicas o extrativismo vegetal e mineral, a agropecuária e a indústria, com destaque para a Zona Franca de Manaus

e alguns polos industriais – é formada por diversos espaços econômicos, muitos com características econômicas e socioculturais distintas, pouco integrados entre si e com a sua hinterlândia, e que buscam prioritariamente um canal de articulação externo à região. Neste sentido, em termos de comércio exterior, não dá para olvidar que a região vem contribuindo decisivamente para a macroeconomia nacional, em especial por meio de superávits comerciais que contribuem para o equilíbrio das transações correntes do país com o resto do mundo, com destaque para a exportação de bens minerais e agropecuários².

Este modelo econômico enseja em determinada parcela da elite regional uma visão econômica ufanista que ainda não conseguiu mudar a trajetória de desenvolvimento da região. Para além deste ufanismo, a Amazônia é uma região caracterizada pela exclusão social, com parcela significativa de sua população vivendo em condições insalubres, abaixo da linha da pobreza e da miséria. Materializa-se, neste sentido, como uma típica região subdesenvolvida, uma periferia ativa do capitalismo globalizado, num quadro que tende a se perpetuar, dentre outros elementos, pela lógica federativa imposta à região.

O DESAFIO DA SUPERAÇÃO DO SUBDESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA

A superação do subdesenvolvimento da Amazônia é uma problemática federativa, que somente pode ser

concebida dentro de uma estratégia mais ampla alicerçada por um Projeto de Nação e que seja capaz de construir uma adequada governança

territorial. Em outras palavras, a superação do subdesenvolvimento da Amazônia é uma condição de auto-determinação individual e coletiva,

2. A exceção fica com a Zona Franca de Manaus que apresenta elevada importação de insumos.

esta última por meio da construção de um projeto político transescalar, articulado e coordenado pelo Estado, dentro de uma lógica de governança territorial multinível, capaz de subordinar os interesses individuais e localistas aos interesses coletivos regionais e nacionais, buscados a médio e longo prazo por meio do planejamento, da gestão e do controle de políticas públicas.

Mais do que transformação, a superação do subdesenvolvimento amazônico é invenção, na medida em que comporta um elemento de intencionalidade – vontade política. O desenvolvimento se manifesta como um processo autônomo, autossustentado e civilizador, baseado no progresso tecnológico e amparado em estruturas sociais mais comple-

xas (englobando aspectos culturais, institucionais, políticos, sociais e econômicos), alargando os horizontes de possibilidades dos agentes e conduzindo à consagração de valores, bens e serviços que se difundem mais homoganeamente por toda a sociedade, em função da felicidade dos partícipes.

Em última instância, implica na ampliação da liberdade em todas as esferas da vida e da sociedade. Neste sentido, o processo de superação do subdesenvolvimento amazônico necessita desobstruir as forças que tencionam pela manutenção das estruturas tradicionais de dominação e reprodução do poder (político e econômico), requerendo, portanto, ser implantado e coordenado por uma unidade dominante possuidora

de poder, força e coação (leia-se Estado). Possui inerentemente dois aspectos peculiares: um mais atraente, próprio de um processo de arranjo, montagem, dar sentido, direção, coerência às transformações que uma sociedade quer armar e projetar para o futuro, dispondo de certos instrumentos eleitos para determinados fins; e aquele menos atraente, próprio dos processos de se desmontar, desarranjar, importunar, constranger, frustrar expectativas e ações deletérias à construção social.

É este desafio que precisa ser enfrentado pelos amazônidas. Contudo, o tamanho do “desafio Amazônia” não se encerra aí. É agravado pela necessidade de remodelar a arquitetura federativa atualmente vigente no país.

AMAZÔNIA E O CONTEXTO FEDERATIVO ATUAL

A Amazônia como a conhecemos atualmente foi “inventada” pela “mão visível” do Estado Brasileiro, teve o seu papel explicitamente delegado pela lógica de planejamento implementada no país e é vítima de uma relação federativa perversa, que impõe a supremacia de interesses exógenos à região.

A “integração” da Amazônia durante o Período Militar, sob o lema “integrar para não entregar”, transformou a região em espaço receptáculo de ações e políticas pensadas exogenamente – não PARA a Amazônia, mas NA Amazônia. Neste contexto a região transformou-se em espaço para o fornecimento de insu-

mos estratégicos como inicialmente minérios e energia (e mais recentemente grãos e biodiesel), e espaço receptáculo de mão de obra excedente de outras regiões. Ou seja, a Amazônia foi integrada recentemente ao espaço nacional de acumulação estrategicamente para garantir a acumulação e capital noutras regiões e para dar vazão a pressões sociais também de outras regiões.

Em que pese este papel, diria estratégico, desempenhado pela região, a Amazônia acabou vítima de uma relação federativa deletéria que acaba condicionando a região a perpetuação dos seus lastimáveis indicadores sociais e da sua condição de região

periférica e subdesenvolvida.

Números significativos em termos de investimentos na região são frequentemente divulgados, porém a região continua tendo lamentosos indicadores sociais no que tange a violência no campo e nos centros urbanos, tráfico de seres humanos, educação, saúde e saneamento, sem falar nas milhares de pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social e extrema pobreza.

Grande parte destes problemas decorrem do modelo de desenvolvimento adotado, da ineficiência da gestão pública e da baixa capacidade que os setores públicos estaduais e municipais têm para intervir con-

cretamente, derivada, esta, em parte (deixemos de lado neste ensaio a questão da capacidade de planejamento, gestão e controle, mas este é um problema que não pode ser omitido), de uma capacidade orçamentária e financeira limitada e muito aquém das reais necessidades em termos de investimentos e ações em termos de políticas públicas proativas, afirmativas e compensatórias.

Neste contexto, contribui decisivamente o modelo de federalismo fiscal tendo como principais alçozes o volume de investimento direto, as transferências voluntárias, o contingenciamento das emendas parlamentares, a ilógica lógica de cobrança do ICMS de energia somente no local de consumo e a Lei Kandir. Em regra estes grandes projetos minerais e hidrelétricos acabam deixando na região, para os estados e os seus municípios, um pesado ônus de mitigação dos impactos sociais e ambientais sem uma coerente/adequada contrapartida em termos de medidas compensatórias e de recolhimento de tributos aos cofres públicos estaduais, limitando, em função disso, a capacidade governativa dos poderes públicos estaduais e municipais.

Como síntese deste modelo federativo podemos, para ilustrar apenas um destes elementos (a Lei Kandir), usar o estado do Pará. Em artigo recente escrito em conjunto com duas autoras, “Estimativa das Perdas das Perdas de Arrecadação do Estado do Pará com a Lei Kandir”³, foi consta-

tado que somente no ano de 2013 a arrecadação de ICMS, em torno de R\$ 8 bilhões, respondeu por 44,37% dos R\$ 18 bilhões do orçamento nominal do Governo do Estado do Pará. Por seu turno, R\$ 4,6 bilhões deixaram de ser arrecadados em virtude da Lei Kandir, o que representou 25,59% deste orçamento. Trata-se, portanto, de uma renúncia fiscal considerável frente ao orçamento anual que o estado dispõe para promover políticas públicas para os seus 8 milhões de habitantes na forma de saúde, educação, saneamento, segurança pública, infraestrutura, cultura, lazer etc.

Em decorrência disto, no ano de 2013 o orçamento nominal do Governo do Pará dispunha de R\$ 2.270 per capita, equivalente a R\$ 189,16 por habitante/mês. Não por acaso, o Governo do Estado do Pará possui pouca capacidade de alavancagem social e promoção de políticas públicas, com o estado se inserindo num espectro de lastimáveis indicadores sociais.

Em que pese isto, o estado do Pará vem desempenhando um importante papel na lógica federativa brasileira por contribuir decisivamente para o saldo da balança comercial do país e para a lógica da política macroeconômica adotada nos últimos anos, em especial no período pós Plano Real.

Ainda em 2013, o estado do Pará logrou um superávit comercial de US\$ 14,7 bilhões. Por sua vez, o Brasil neste mesmo ano obteve um superávit comercial de US\$ 2,5 bilhões.

Logo, se não fosse a participação expressiva do Pará no montante brasileiro exportado, obtendo um saldo quase seis vezes superior ao montante absoluto nacional, o país teria incorrido em déficit na balança comercial.

Neste modelo, em que pese o importante papel federativo e macroeconômico, há uma perda do estado que se repete ano após ano, sem que haja uma adequada compensação financeira da federação brasileira para com a sociedade paraense e amazônica. Conforme o levantamento feito no artigo citado, o montante corrigido das perdas acumuladas no período 1997/2013 pelo estado do Pará com a desoneração das exportações de bens primários e semielaborados da cobrança de ICMS (já subtraindo do montante total de perdas o montante das compensações), foi de R\$ 38,8 bilhões. Trata-se, portanto, de um montante significativo que deixou de compor orçamento público do estado e de seus municípios, minorando a capacidade governativa destes níveis de governo.

Não resta dúvida de que a solução para a superação do subdesenvolvimento da Amazônia está na promoção de efetivas políticas públicas de cunho econômico e social. Isto somente pode acontecer por meio da revisão do atual pacto federativo fiscal, ao lado do aperfeiçoamento da capacidade de gestão dos estados e municípios e da governança territorial. Ou seja, vale repisar, a construção de um efetivo projeto

3. COSTA, Eduardo José Monteiro da; DIAS, Elizabeth do Socorro dos Santos; SILVA, Tatiane Viann da. Estimativa das Perdas de Arrecadação do Estado do Pará com a Lei Kandir no Período 1997-2013. Revista Amazônia Ciência & Desenvolvimento, Amazônia: Ci. & Desenv., Belém, v. 9, n. 17, jul./dez. 2013.

de desenvolvimento para a região perpassa fundamentalmente pela revisão da atual arquitetura federativa, pelo aumento dos investimentos diretos na região (em especial na infraestrutura e logística), pela pactuação de adequadas compensações socioambientais dos grandes projetos im-

plantados, pelo aumento da capacidade orçamentária e financeira dos estados e municípios, pela reversão da “ilógica” lógica de cobrança no ICMS no local de consumo, pelo aumento das transferências voluntárias, pelo não represamento das emendas parlamentares e pela regulamentação

de adequadas compensações pela desoneração da exportação de ICMS de bens primários e semielaborados; ao lado, e fundamental, do aumento da capacidade que os estados e municípios têm de gerir e promover políticas públicas territorializadas, articuladas, pactuadas e complementares.

A NECESSIDADE DE REINVENÇÃO DA AMAZÔNIA

A verdade, para muitos inconveniente, é que hoje a Amazônia está relegada a um papel de mera fornecedora de insumos, matérias-primas e produtos com baixo valor agregado para a garantia do processo de acumulação do capital no centro-sul do Brasil ou noutras partes do mundo. Um simples almoxarifado do desenvolvimento alheio.

Quando muitos “pensam” a região,

pensam somente no fluxo out, desconsiderando ações efetivas de desenvolvimento endógeno, externalidades positivas dos projetos e impactos no desenvolvimento regional. Ou seja, projetos são pensados apenas NA Amazônia, e não PARA a Amazônia.

A conclusão derradeira a que chegamos é que, se em algum momento a Amazônia como nós hoje a conhecemos foi “inventada”, e o foi,

principalmente através de políticas e ações coordenadas pelo Governo Federal, hoje a Amazônia precisa ser “reinventada”. É, neste sentido que algumas diretrizes estratégicas são alinhavadas no box final, compondo uma agenda mínima para a região, esperando que estas diretrizes passem a compor efetivamente a agenda do governo federal para a região.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS PARA A AMAZÔNIA:

- 1 - Construir uma nova relação federativa para com a região;
- 2 - Tornar efetivamente o Ministério da Integração Nacional um órgão com ações estratégicas na Amazônia, entendendo esta como uma região prioritária de ação institucional por meio da Política Nacional de Desenvolvimento Regional;
- 3 - Fortalecer a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), dotando o órgão de orçamento, capital humano e força política necessária para a sua atuação como instância de coordenação da governança territorial em múltiplas escalas;
- 4 - Retroceder na lógica de transformação da atuação do Banco da Amazônia em um banco comercial, fortalecendo o banco e dotando a instituição de estrutura adequada para se consolidar novamente como uma instituição de fomento diferenciado ao desenvolvimento regional;
- 5 - Adotar procedimentos adequados de licenciamento so-

- cioambiental de grandes projetos, incluindo as escalas estadual e municipal, capazes de pactuarem adequadas compensações sociais, ambientais e econômicas para os municípios e estados impactados;
- 6 - Implementar efetivamente os diversos planos de caráter macrorregional e sub-regionais existentes, tais como o Plano Amazônia Sustentável (PAS), o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA) e os planos da BR 163, do Marajó, do Xingu, do Lago de Tucuruí e do Tocantins;
- 7 - Investir pesadamente em C,T&I, em transferência de tecnologia e em tecnologias sociais na região de modo que haja uma efetiva mudança da base produtiva, com diversificação econômica, verticalização da produção e inclusão social;
- 8 - Avançar nas ações de ordenamento territorial, gestão ambiental e regularização fundiária.

ELEIÇÕES E ECONOMIA

As eleições deste ano foram “as eleições da economia”. O debate econômico pautou o embate político e foi decisivo para a definição dos eleitos. Os candidatos à presidência, governos estaduais e legislativo federal foram impelidos a se posicionar sobre questões fiscais, endividamento público, política de combate à inflação, repercussões da crise econômica internacional na economia doméstica, estratégia de crescimento e desenvolvimento econômico, redução da pobreza, redução das desigualdades e outros temas econômicos.

O resultado das urnas revelou a importância desses temas na decisão do eleitor. Na eleição presidencial as diferenças nas votações entre as regiões, estados, classes de renda e idade dos eleitores mostram elevada correlação com as propostas dos candidatos para os temas econômicos e os efeitos das políticas em curso sobre cada segmento da sociedade. Na eleição dos governadores registra-se a dificuldade de escolha do sucessor na maioria dos estados mais endividados ou que apresentaram piores resultados de redução do seu endividamento.

Os estados com maior redução da Dívida Consolidada Líquida – DCL em relação à Receita Corrente Líquida – RCL, desde o surgimento da Lei de Responsabilidade Fiscal são: Mato Grosso do Sul, Goiás, Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Santa Catarina, Piauí e Paraíba. Na metade desses estados o governador fez seu sucessor. Já nos dois estados mais endividados os governadores fracassaram nas urnas. É o caso do estado de Minas Gerais, segundo mais endividado e único es-

tado que teve aumento da dívida em relação à receita após a Lei de Responsabilidade Fiscal, além de ter obtido poucos avanços na redução desse indicador nos anos recentes; e do estado do Rio Grande do Sul, mais endividado do País e, também, com pouco avanço na redução do seu endividamento.

A eleição para governador no Rio Grande do Sul é emblemática: se confirmou a “maldição do governo do estado”, em que nas últimas eleições nenhum partido político fez seu sucessor. A dívida do estado foi o grande assunto da campanha. O fato é que no Rio Grande do Sul, além do estado ser o mais endividado do País, a receita fiscal sofre o impacto das desonerações das exportações e o orçamento é comprimido pelo ajuste fiscal imposto, desde a última década, nos acordos com o governo federal. O Estado é refém do quadro fiscal deteriorado e os governos não têm condições de atender adequadamente as demandas dos gaúchos: de ampliação da oferta de serviços públicos, de melhoria na qualidade da educação, de segurança, de saúde e de desenvolvimento. Enquanto não houver uma reestruturação da dívida e redução dos custos financeiros e da amortização do principal, dificilmente haverá reeleição no governo estadual.

Na eleição presidencial, o segundo turno teve como ponto de destaque a contraposição de dois projetos econômicos para o País: um mais intervencionista, tendo como bandeira o viés social, que propunha um equilíbrio entre o objetivo de fortalecer a estabilidade econômica e a prioridade dos avanços sociais, de redução da pobreza e das desigualdades e da garantia dos empre-

gos. E outro, com enfoque mais liberal, que propunha priorizar os fundamentos da economia, reforçando o controle da inflação e o ajuste fiscal, como pré-condição para avançar no progresso social.

O veredicto do eleitor foi favorável ao primeiro projeto, com pequena margem de diferença e configurações muito variadas entre os diversos segmentos da sociedade e regiões do País. O eleitor votou “para o Brasil continuar avançando, com democracia e desenvolvimento econômico para todos” e pela continuidade da “profunda transformação social que interrompeu o ciclo histórico da desigualdade”, conforme sintetizado no “manifesto dos economistas” em apoio à reeleição da Presidenta Dilma.

Tendo em vista o resultado do processo eleitoral para a presidência, neste artigo pretendemos analisar a estratégia de desenvolvimento e a política macroeconômica que pautou o governo Dilma e influenciou positivamente a decisão do eleitor. A hipótese é que os resultados econômicos e sociais e os bons fundamentos econômicos do País foram relevantes para a reeleição da Presidenta Dilma Rousseff.



JOSÉ LUIZ PAGNUSSAT

Economista, Professor do UDF e ENAP. Foi presidente do Conselho Federal de Economia (1996) e do Conselho Regional de Economia do DF e da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia. Foi Professor da Universidade Católica de Brasília (1985 a 2004).

ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

A estratégia de desenvolvimento atual resulta do aperfeiçoamento do modelo de desenvolvimento adotado no início do Governo Lula em 2003. Esse modelo baseava-se no conceito de “consumo de massa” e propunha um projeto nacional de desenvolvimento econômico e social - de democratização da economia – que, ao lado do desenvolvimento econômico, fosse capaz de incorporar a grande parcela da população excluída do ‘milagre econô-

mico brasileiro’ dos anos 50, 60 e 70, e massacrada na fase da crise dos anos 80 e 90 (PAGNUSSAT, 2002: 09).

Segundo Ricardo Bielschowsky (2014) “o objetivo maior da estratégia de desenvolvimento socioeconômico de longo prazo dos dois governos, e inédito no Brasil, tem sido a inclusão e a proteção social, com radical redução da pobreza e igualdade de oportunidades para todos”.

O modelo tem basicamente quatro motores do crescimento: 1) o “consumo de massa”, ampliado pelo Plano Brasil sem Miséria, que estabelece três eixos de ação – garantia de renda, inclusão produtiva e o eixo do acesso aos serviços –; 2) os “investimentos em infraestrutura”, com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); 3) habitação, com o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e 4) as “exportações”, com o Plano Brasil Maior.

CONSUMO DE MASSA

O “modelo de consumo de massa” tem como pressuposto que o crescimento da economia é viabilizado pelo aumento da renda das famílias mais pobres associado às políticas de inclusão social e de redução das desigualdades, em especial pelas políticas de transferências de rendas às famílias (como o Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada - BPC); pelo aumento dos gastos com saúde e educação; o aumento real do salário mínimo (que amplia a renda dos aposentados) e a ampliação do crédito popular.

O aumento da demanda de bens populares pelas classes de renda mais pobres foi importante dinamizador da economia e ajudou a reduzir o impacto da crise internacional na economia brasileira. O acesso ao mercado de grande parcela da população historicamente excluída gerou grande aumento da demanda de bens e serviços populares e consequente aumento dos investimentos do setor produtivo para

atender os novos bens e serviços demandados, gerando aumento de produtividade e crescimento econômico, dinamizando a economia.

Com o eixo da “inclusão produtiva” foram priorizadas ações que potencializam o acesso ao mercado de trabalho, com destaque para o Micro Empreendedor Individual

Com o Plano Brasil sem Miséria, a política de inclusão social amplia seu foco para além da garantia de renda. O eixo de ação do “acesso aos serviços públicos” procura garantir que a grande parcela da população mais pobre passe a ter pleno acesso à educação, saúde, luz elétrica, água tratada, habitação, assistência social, documentação, etc. As

diversas políticas públicas passaram a ter ações específicas direcionadas para as populações desassistidas. Com o eixo da “inclusão produtiva” foram priorizadas ações que potencializam o acesso ao mercado de trabalho, com destaque para o Micro Empreendedor Individual (MEI), o fortalecimento e expansão da economia solidária e os cursos de qualificação profissional do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) na área urbana, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) na área rural, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Agroamigo, o Bolsa Verde, além de ações de ampliação da assistência técnica, acesso à água e luz elétrica.

Os resultados foram forte redução da pobreza e da desigualdade. Segundo Bielschowsky (2014) o percentual de pessoas com renda familiar média abaixo da linha de pobreza e de extrema pobreza, caiu de 34,4 e 14,0 para

15,9 e 5,3%, entre 2002 e 2013, respectivamente. A redução das desigualdades medida pelo coeficiente de Gini (famílias) foi de 0,59 em 2002 para 0,53 em 2012.

Outro resultado importante foi o crescimento das classes de renda A, B e C e redução das classes D e E. A participação das classes A e B cresceu de 7,4% em 2002 para 14,8% em 2014. A classe C ampliou-se

de 37,7% para 60,2%, entre 2002 e 2014. E, as classes D e E reduziram a participação de 54,9% para 25,0% no período. O Brasil se transformou em um país de classe média e, portanto, um grande mercado consumidor.

As regiões que mais cresceram entre setembro de 2003 e setembro de 2014, considerando o “Índice de Atividade Econômica do Banco Central”, foram o Nordeste e Norte

e as regiões que menos cresceram foram as regiões Sudeste e Sul, com diferenças entre os estados, como é o caso do Rio de Janeiro no Sudeste, que beneficiado pelas obras dos eventos esportivos apresenta maior dinamismo na Região. Entre 2010 e 2014 o pior desempenho foi da Região Sudeste. Os resultados econômicos e de avanços sociais confirmam a correlação com os resultados das urnas na eleição presidencial.

INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA E PMCMV

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) lançado em 2007 (PAC 1) e ampliado em 2011 (PAC 2) propiciou aumento significativo dos investimentos públicos, de 3,02 para 4,68% do PIB, entre 2007 e 2012, além dos investimentos privados induzidos pelo programa. O programa prioriza os projetos de investimentos voltados para a superação dos gargalos na infraestrutura do País, com um modelo de gestão baseado no monitoramento intensivo e gestão dos riscos, melhorando a eficiência da ação governamental. Na primeira fase fizeram parte do programa ações nas áreas de transportes, energia e de infraestrutura social e urbana. A partir de 2009 ele inclui a área de habitação, com o PMCMV, e em 2011 amplia sua cobertura para uma

série de outros setores como saneamento, mobilidade urbana, entre outros, por intermédio de programas tais como: Programa Comunidade Cidadã e Cidade Melhor, Defesa e Água e Luz para Todos.

A avaliação geral é que, apesar da importância do programa, o setor privado não reagiu como desejado na retomada dos investimentos

Nos anos recentes o PAC amplia sua estratégia de financiamento dos investimentos em infraestrutura

com o programa de concessões de rodovias, ferrovias, aeroportos, portos, energia, petróleo e gás e na área de mobilidade urbana.

A avaliação geral é que, apesar da importância do programa, o setor privado não reagiu como desejado na retomada dos investimentos, que continuam relativamente baixos em proporção do PIB. A ampliação da participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) nos financiamentos ao setor produtivo foi um estímulo adicional para ampliação dos investimentos, entretanto, poucos setores, os mais competitivos, responderam ao incentivo, como agronegócio e serviços com demanda aquecida.

A POLÍTICA MACROECONÔMICA

Em linhas gerais, a política macroeconômica do primeiro mandato do Governo Dilma manteve o tripé adotado desde 1999: metas de inflação, superávit primário e câmbio flutuante. Entretanto, as metas monetárias e fiscais cumpriram, além do objetivo

de estabilidade econômica, a função da manutenção dos empregos e o objetivo do crescimento econômico. Preservada a prioridade para a superação da pobreza e a redução das desigualdades sociais e regionais.

A flexibilização da política fiscal

e monetária se ampliou com o prolongamento da crise internacional e as constantes mudanças de cenário e previsões econômicas. As metas de superávit primário foram sistematicamente ajustadas no decorrer dos anos, em razão da necessidade de adoção

de medidas anticíclicas. A inflação se manteve sempre próxima do teto da meta (6,5%). E, na área cambial, o Banco Central manteve uma política de atuação no mercado de câmbio, no sentido de reduzir a instabilidade (“câmbio flutuante sujo”).

Entretanto, tal flexibilização não comprometeu os bons fundamentos econômicos do Brasil e garantiu a manutenção dos empregos e do crescimento da renda das famílias mais pobres, além dos investimentos sociais e em infraestrutura con-

siderados prioritários.

Os principais indicadores macroeconômicos se mantêm consistentes e garantem ao País estabilidade e credibilidade internacional.

FUNDAMENTOS FISCAIS

Na área fiscal o Brasil é o único país do G20 que manteve superávit primário em todos os anos após o início da crise econômica internacional. Em 2014, segundo dados do FMI, o Brasil é um dos cinco países do G20 com previsão de superávit primário. A maioria dos países vem adotando medidas fiscais anticíclicas e priorizando a retomada do crescimento.

As perdas de receita e a manutenção do gasto em setores prioritários implicou a necessidade de ajustes nas metas fiscais.

No caso brasileiro as medidas fiscais anticíclicas foram pontuais e localizadas. Na área tributária adotou-se a política de redução temporária de tributos para bens duráveis, em especial a redução de IPI para automóveis, linha branca e linha marrom (móveis); a redução de impostos para investimentos

e produção, em especial a desoneração da folha de pagamentos e o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra), entre outras medidas de desoneração tributária.

Por outro lado, as políticas sociais e os investimentos em infraestrutura foram mantidos e as políticas de transferência de rendas foram ampliadas nesse período de crise. As perdas de receita e a manutenção do gasto em setores prioritários implicou a necessidade de ajustes nas metas fiscais.

Tais medidas ajudaram o Brasil a ser um dos primeiros países a recuperar o nível de atividade econômica pré-crise. Entretanto, a economia não manteve o ritmo de recuperação e crescimento devido à timidez das políticas de estímulo; à relativa rigidez das metas fiscais, associada ao cumprimento das regras estabelecidas na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000); e à manutenção de uma política de juros relativamente elevada.

Nesse contexto a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) manteve sua trajetória declinante, com apenas dois anos de reversão, 2009 e 2014. Entre 2002 e 2013 a DLSP se reduziu de 60,4

para 33,6% do PIB. Em 2014, a previsão do FMI é que ela cresça à 35,9% do PIB. Nos últimos sete anos, período da crise, a DLSP caiu quase 10 pontos percentuais, de 45,5 em 2007 para 35,9 em 2014. Nesse período, esse indicador de dívida, nos países da Zona do Euro, passou de 51,8% para 73,9% do PIB e no G7 passou de 52,6% para 86,2% do PIB. A Alemanha tem adotado, por exemplo, uma política econômica mais conservadora nos anos recentes, mas ainda não retornou ao patamar pré-crise.

A Dívida Bruta do Governo Geral (metodologia do FMI) manteve uma trajetória de queda entre 2002 e 2008 no Brasil, passando de 79,4 % do PIB para 63,5%. Nos últimos oito anos a DBGG se manteve relativamente estável, segundo o FMI. O Banco Central, entretanto, estima um crescimento de 5 pontos percentuais em 2014.

A DBGG brasileira está inflada pelo acúmulo de reservas internacionais do País e pelos empréstimos do Tesouro ao BNDES.

Nos anos de crise, a DBGG dos países da Zona do Euro passou de 66,5% para 96,4% do PIB e a do G7 passou de 81,6% para 120,1% do PIB.

POLÍTICA MONETÁRIA E INFLAÇÃO

Desde 2005, quando foi fixada a meta de inflação em 4,5% ao ano (com tolerância de 2% para mais e para menos) o governo brasileiro mantém a inflação sob controle, entretanto, na maioria dos anos a inflação ficou próxima do teto da meta. No último governo Lula, a inflação média foi de 5,2%, com a economia crescendo

4,6% ao ano. No governo Dilma, a inflação média subiu para 6,2% e a economia cresceu apenas 1,7% ao ano.

A economia se aproxima da estagnação e a política monetária tem sido pouco eficiente para trazer a inflação para o centro da meta. A elevação dos juros impacta no custo da

dívida pública e inibe o crescimento econômico. A ineficiência da política monetária decorre das múltiplas causas dessa inflação residual. Há pressão de custos, problemas de indexação, conflito distributivo, choques de oferta, além de pressões localizadas de demanda. A política de juros não neutraliza todas as causas da inflação.

SETOR EXTERNO

O Brasil manteve nos últimos três anos reservas internacionais acima de US\$ 370 bilhões e, nos últimos quatro anos, o Investimento Direto Estrangeiro (IED) se mantém acima de US\$ 60 bilhões. Entretanto, o comércio exterior brasileiro vem se deteriorando fortemente desde o início da crise internacional. A Balança comercial, que em 2007 tinha saldo acima de US\$ 40 bilhões, deve fechar 2014 com déficit comercial. A conta corrente saiu de um superávit, em 2007, para déficit superior a US\$ 80 bilhões nos últimos dois anos. É fato que o IED financia grande

parte desse déficit, mas tal desequilíbrio precisa ser corrigido para não levar o País para uma crise externa no médio prazo.

A deterioração das contas externas é reflexo da perda de competitividade da indústria nacional - que vem sendo penalizada com a elevada carga tributária, burocracia, câmbio sobrevalorizado, juros elevados sobre o capital de giro, custo da energia e as deficiências da infraestrutura logística - e reduziu significativamente suas exportações, além de perder mercado interno para os produtos importados.

Entretanto, a expansão do agronegócio brasileiro no comércio internacional foi extraordinário na última década, beneficiado em parte pelo aquecimento da demanda internacional e pelos bons preços, mas principalmente pela elevada competitividade internacional do setor. Em 2013, as exportações do setor atingiram a marca histórica de US\$ 100 bilhões. O cenário é de manutenção da demanda pelos produtos do setor, mas com preços médios menores, dada a expansão da oferta de países concorrentes.

CONCLUSÃO

O Brasil apresenta bons fundamentos econômicos, apesar da crise internacional, e o veredicto das urnas foi pela manutenção da estratégia de desenvolvimento com inclusão social e pela continuidade dos avanços na redução da pobreza e das desigualdades, da prioridade na geração de empregos e da inserção produtiva dos trabalhadores brasileiros.

Os recordes de geração e empregos formais (5,4 milhões no gover-

no Dilma) e de redução do desemprego, de redução da pobreza e das desigualdades são indicadores do sucesso alcançado. Mas o baixo crescimento do PIB, o baixo nível de investimento, a deterioração do setor industrial, a baixa confiança de setores produtivos importantes e a piora conjuntural de alguns indicadores macroeconômicos revelam a necessidade de correções. Sem desconsiderar o veredicto das urnas.

BIBLIOGRAFIA

BIELSCHOWSKY, Ricardo, "O modelo de desenvolvimento proposto por Lula e Dilma", Brasil em Debate, Setembro de 2014. Disponível em: <http://brasildebate.com.br/o-modelo-de-desenvolvimento-proposto-por-lula-e-dilma/>

CHANG, Ha-Joon, Chutando a Escada: A Estratégia do Desenvolvimento em Perspectiva Histórica, São Paulo: Editora Unesp, 2004. 265p.

PAGNUSSAT, José Luiz, "A vitória do projeto nacional de desenvolvimento econômico e social". Revista de Conjuntura, Ano III, nº 11. Brasília: Conselho Regional de Economia do Distrito Federal, julho/setembro de 2002 (p. 9-16).

CORECON-MS REALIZA X ENEOESTE

Nos dias 19 a 21 de novembro o Conselho Regional de Economia de Mato Grosso do Sul (Corecon-MS) realizou em Campo Grande o X Encontro de Economistas da Região Centro-Oeste. O evento teve como tema a integração dos grandes projetos da região.

A importância da discussão econômica em encontros como este foi destacada na cerimônia de abertura pelo presidente do Cofecon, Paulo Dantas da Costa. “Esta é uma oportunidade para discutirmos aspectos importantes sobre o crescimento econômico da região Centro-Oeste, a profissão do economista e temas que envolvem o desenvolvimento regional. O Mato Grosso do Sul apresenta, nos últimos anos, um crescimento acima da média nacional. Isto reflete o potencial deste estado”, afirmou o presidente do Cofecon.

A cerimônia de abertura contou com uma homenagem ao governador do estado, André Puccinelli, a quem foi entregue uma placa contendo a cornucópia, símbolo da profissão de Economista.

Puccinelli destacou a atuação do economista e o forte crescimento industrial no Estado. Para ele, a parceria entre os conselhos regionais e o poder público traz um crescimento para os municípios e para Mato Grosso do Sul. “Este encontro é uma oportunidade para aprofundar discussões e o conhecimento sobre infraestrutura e logística



no Centro-Oeste”, afirmou.

O crescimento de Mato Grosso do Sul segundo o governador, deve-se, em grande parte, à diversificação da matriz econômica, por meio da forte industrialização. De acordo com publicações especializadas, Mato Grosso do Sul tem o segundo percentual de crescimento industrial na última década. “O Estado adotou políticas de incentivos fiscais com a desoneração tributária. Com isto, muitas indústrias e empresas vieram para o Estado, que tornou-se competitivo. Desejo que este encontro proporcione discussões positivas para o crescimento de Mato Grosso do Sul e do Brasil”, analisa Puccinelli.

A palestra de abertura foi proferida por Olivier Sylvaim, da Macro Logística, baseada num estudo da empresa sobre os gargalos logísticos do Centro-Oeste. “Em Mato Grosso do Sul quase não temos hidrovias e as ferrovias não estão

em boas condições”, afirmou Sylvaim. “A região como um todo vem tendo um bom desempenho econômico, mas ainda assim precisa de melhorias”.

Conselho de Notáveis

Um momento destacado da noite de abertura foi a solenidade de posse do Conselho de Notáveis do Corecon. O grupo será consultado nas decisões importantes da autarquia para sugerir ações para o desenvolvimento regional.

Fazem parte do Conselho de Notáveis: Alexandre Coutinho de Souza, Claudio George Mendonça, Haroldo de Souza Veras, Iassy da Silva Felix, Jaime Elias Verruck, Lúcia Maria Ribas, Lorenzo Torres Martinez, Luiz Carlos Iglecias, Mara Huebra de Oliveira Gordin, Maristela de Oliveira França, Paulo Gonçalves Pinto, Pedro Chaves dos Santos Filho e Ricardo José Senna.

MESA REDONDA

O segundo dia do evento teve início com uma palestra do conselheiro federal Júlio Miragaya, que também é presidente da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan). Ele falou sobre desenvolvimento regional e o planejamento logístico do Centro-Oeste. Em seguida houve uma mesa redonda sobre integração dos grandes projetos dos estados na região Centro-Oeste, Brasil e mundo, com a participação de Jaime Verruck (FIEMS), Antonio Eurípedes de Lima (Seplag/GO) e Luceni Grassi (Seplan/MT).

Verruck pontuou que a região Centro-Oeste, pela baixa arrecadação e perfil exportador, acaba tendo poucos investimentos em infraestrutura. Grassi falou sobre o projeto MT integrado, que pretende pavimentar dois mil quilômetros de rodovias, além de outras obras, e Eurípedes apontou para a localização estratégica do estado de Goiás, que está no centro do país e possui uma malha de ferrovias e rodovias que conecta

o estado às demais regiões do país.

Na tarde de 20 de novembro houve uma apresentação sobre o Porto Seco de Anápolis e uma mesa redonda sobre a disciplina Desenvolvimento Econômico e Regional, ministrada nos cursos de Ciências Econômicas.

A palestra de encerramento foi do presidente do Conselho Federal de Economia, Paulo Dantas da Costa, que falou sobre o tema “Sociedade e Tributação”. Em sua fala, alertou para a necessidade de mudar o debate que vem sendo feito no Brasil, no qual se destaca o quanto é pago e se deixa de lado a discussão sobre quem paga.

Dantas, que é especialista em Direito Tributário, apresentou temas como sonegação, volume de impostos arrecadados em diversos países e o papel social do Estado. Ao tratar de modelos de tributação, colocou propostas e críticas em relação a alguns impostos específicos, notadamente o Imposto de Renda, o Imposto sobre Transmissão

Causa Mortis ou Doação (ITCDM), o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

O presidente do Cofecon enfatizou o papel social dos tributos, com destaque para as possibilidades brasileira e internacional. No caso brasileiro, o economista toca na questão da dívida pública, que consome uma parte expressiva do orçamento da União, e afirma que a sociedade brasileira deve solucionar questões seculares, como a miséria. Ao discutir o plano internacional, apresentou um gráfico comparando os ativos financeiros e o PIB mundial, mostrando o crescimento maior do primeiro. Falou sobre a taxa Tobin, proposta pelo economista norte-americano James Tobin, defendendo-a como um fundo para combater a pobreza e a miséria no mundo. E citou um caso extremo: um mendigo que pede esmolas na rua e, ao fim do dia, junta o dinheiro recebido e entra num mercado para comprar comida, paga mais de 15% de impostos.

PRESIDENTE DO CORECON-PR APRESENTA CBE 2015

O presidente do Conselho Regional de Economia do Paraná (Corecon-PR), Sérgio Hardy, esteve em João Pessoa no dia 20 de novembro para apresentar o projeto do XXI Congresso Brasileiro de Economia aos Corecons da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. O evento será realizado nos dias 10 e 12 de setembro de 2015 na cidade de Curitiba.

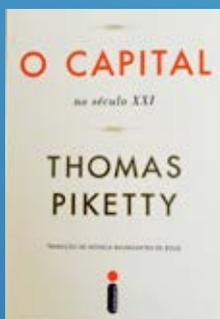
Na ocasião, Hardy abordou os ob-

jetivos do Congresso e falou sobre os possíveis temas de debate no encontro, que ocorre a cada dois anos e é o evento máximo da categoria dos economistas.

Além dos presidentes do Corecon-RN, Máximo Roberto de Lima, e do Corecon-PB, Martinho Campos, estiveram presentes a conselheira federal Fabíola de Paula, os conselheiros regionais Geraldo Lopes de Oliveira e Manoel de Deus (ambos

do Corecon-PB) e os economistas Ricardo Padilha, Paulo Galvão Júnior e Paulo Hermance.

Já no dia 26 de novembro o economista francês Thomas Piketty, autor do livro *O Capital no Século XXI*, recebeu das mãos do coordenador do Congresso, Eduardo Moreira Garcia, um ofício convidando-o para realizar a palestra magna do evento. Garcia esteve acompanhado pelo conselheiro federal Luiz Alberto Machado.



O CAPITAL NO SÉCULO XXI

Thomas Piketty

Editora Intrínseca, 672 Páginas

Isbn: 9788580575811

O FRACASSO DAS PREVISÕES determinísticas da teoria econômica clássica, representada principalmente pelos ingleses David Ricardo e Thomas Malthus e pelo alemão Karl Marx, levou os economistas que os sucederam a se mostrarem mais prudentes. David Ricardo supunha que a rigidez da oferta de terras e a ampliação da população tornariam decrescente o rendimento dos trabalhadores; Malthus acreditava que, com o aumento exponencial da população e a limitação da expansão de terras, a oferta de alimentos seria insuficiente. Para ambos, a humanidade caminharia para a miséria, salários baixos e lucros declinantes. Karl Marx foi menos pessimista. Enxergava um final mais promissor para os trabalhadores, não para os salários. Assumia um descompasso crescente entre as taxas de acumulação de capital e de crescimento do consumo, devido à substituição de tecnologia por mão de obra. Previu que a perda de renda dos trabalhadores levaria à redução do consumo e ao lucro declinante, condenando o crescimento econômico à estagnação. O resultado seria o fim do capitalismo, com acirrada luta de classes e o advento do Estado socialista. O economista norte-americano Simon Kuznets também tratou da desigualdade de renda, sob enfoque oposto e menos “catastrofista”, mas ingênuo. Para ele, a desigualdade de renda se

reduziria quando todas as camadas sociais tivessem acesso aos benefícios da industrialização. Isso levaria ao “crescimento econômico balanceado”. Nenhuma dessas previsões se concretizou. O capitalismo continuou se expandindo e se transformando. Thomas Piketty, autor de *Capital in the Twenty-First Century*, aparta-se dos erros apocalípticos e constrói sua futurologia no tocante às limitações do capitalismo em dar respostas mais satisfatórias às desigualdades e às possibilidades de ascensão dos que vivem na base da pirâmide social. O autor conjectura que haverá declínio tanto da taxa de crescimento econômico quanto da população das nações ricas. Supõe que haverá desaceleração do progresso tecnológico e aumento da concentração de renda. Quais seriam as implicações desse cenário? Piketty acredita na força do capitalismo, da democracia, do mercado e da difusão do conhecimento como sistemas que podem melhorar o status da condição humana. E faz várias recomendações para evitar catástrofes. Piketty parte da suposição de que a taxa de poupança das sociedades permanecerá constante e, com a queda da taxa de crescimento do produto, a relação entre taxa de poupança/taxa de crescimento elevar-se-á. Isso significa que a classe rica viverá do rendimento do seu patrimônio, e as demais sociedades viverão

na pobreza. Essa é uma constatação presente em alguns momentos da história, mas que nunca se perpetuou. O autor baseia seu estudo na história da formação da riqueza e do patrimônio europeu e dos Estados Unidos. Faz previsões sem ser ingênuo de afirmar que a concentração de capital é inevitável. Observa essa possibilidade, mas acredita que é possível fugir dela com amadurecimento constante das instituições democráticas, pleno acesso à cultura e à educação e políticas econômicas que busquem a equidade social sem limitar a capacidade do enriquecimento pessoal. Ele reforça a importância da abertura econômica e do acesso ao conhecimento global das sociedades. Com as mesmas preocupações do autor, desenvolvi o tema futuro do capitalismo e conceituei seu novo perfil, evitando assim os erros do passado, no livro *Globalização: a Certeza Imprevisível das Nações*. A obra de Piketty é fascinante em descrever e analisar a história das ondas de concentração de renda e do aumento da pobreza social ao longo dos séculos.

Na história, a concentração de renda resultou em guerras e em perdas de vidas, de conhecimento e de patrimônios irrecuperáveis.

Por Ernesto Lozardo



O CAPITAL NO SÉCULO XXI

Dambisa Moyo

Editora Objetiva, 256 páginas

ISBN: 9788539004805

Qualquer um de nós deve ter razões pelas quais pode se sentir um privilegiado. Pode ser por pertencer a uma família unida e caracterizada pelo amor e pela fraternidade; por ter um círculo de amigos com os quais se pode contar em todas as horas; por ter tido a oportunidade de frequentar boas escolas e faculdades; por ter uma atividade profissional que seja gratificante e recompensadora; por gozar de saúde e ter disposição para se dedicar com afinco a seus projetos e buscar firmemente seus objetivos; por poder prestar solidariedade àqueles que são de alguma forma necessitados de apoio e estímulo para solucionar seus problemas... Enfim, as razões variam de pessoa para pessoa, refletindo, de certa maneira, a formação e o conjunto de princípios e valores que acompanham o desenvolvimento físico, emocional e espiritual de cada uma.

Afora o privilégio de ter tido sempre a sorte de ter a meu lado pessoas que me deram todo o apoio e estímulo, começando por meus pais e irmãos e continuando com minha mulher e meu filho, sou muito grato a duas coisas que tiveram papel fundamental na minha formação, os esportes e as viagens.

De todos os países que tive a felici-

dade de conhecer, nenhum me impressionou mais do que a China, que visitei em 2009 coordenando um grupo de estudantes da FAAP numa simulação de uma missão empresarial.

O que mais me impressionou foi a determinação com que os chineses vêm buscando atingir seus objetivos – periodicamente revistos pelos planos governamentais – que não só permitiram superar mais de um século de dificuldades e humilhações, como também transformaram o país na segunda potência econômica mundial.

Impressionado como fiquei com a China, fui um dos que leu muito a respeito, o que tem me permitido compreender relativamente bem a crescente influência do país no cenário internacional, em especial nos campos político e econômico.

Entre os livros que li a respeito da China, o que mais me chamou atenção foi *O vencedor leva tudo*, da economista Dambisa Moyo, que tem o sugestivo subtítulo *A corrida chinesa por recursos e seu significado para o mundo*.

São tantos os aspectos realçados pela autora em pouco mais de duzentas páginas de texto corrido, que fica difícil

apontar os mais relevantes. Assumindo o risco de omitir vários aspectos importantes focalizados no livro, faço questão de mencionar dois que considero essenciais:

1º) A inteligente estratégia adotada pelos chineses para conseguir os recursos de que seu país necessita, que mais se assemelha àquilo que os administradores chamam de “ganha-ganha”, muito diferente da exploração explícita dos projetos de colonização comuns do século XVI ao século XX, adotados por países europeus e pelos Estados Unidos, claramente identificados como “ganha-perde”. Graças a essa inteligente estratégia, a maior parte dos países, sobretudo africanos, que travaram relações com a China nas últimas décadas, percebem os chineses como parceiros e não como exploradores ou imperialistas.

2º) A extensão dos desafios que o mundo tem pela frente, considerando, de um lado, a escassez de alguns recursos-chaves para o abastecimento da população do planeta, e, de outro, o funcionamento dos mercados de commodities e dos fluxos internacionais de capitais.

Por Luiz Alberto Machado



www.cofecon.org.br
Setor Comercial Sul, Quadra 02,
Bloco B, sala 501
Edifício Palácio do Comércio
CEP: 70318-900 Brasília/DF
Tel:(61) 3208-1800
Fax:(61) 3208-1814

**Você sabe onde sua empresa está.
O Economista sabe aonde ela pode chegar.**



Se você procura uma vantagem competitiva para seu negócio, contrate um Economista. Um Economista não lida apenas com questões macroeconômicas. Ele também pode ser um grande diferencial para a sua empresa, desenvolvendo soluções para problemas financeiros, econômicos e de gestão, tanto na prestação de serviços quanto na agricultura, no comércio ou na indústria.



COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA